



Financiado pela
União Europeia



THE AFRICA-EU PARTNERSHIP
LE PARTENARIAT AFRIQUE-UE

MOÇAMBIQUE

Avaliação pelos Pares ao Sistema Estatístico Nacional de Moçambique

2019

PROGRAMA ESTATÍSTICA PAN-AFRICANO

O conteúdo deste relatório constitui aconselhamento e recomendações fornecidas pelos Diretores Gerais ou Diretores Gerais Adjuntos (os “Pares”) do Sistema Estatístico Africano (SEA) aos seus homólogos (“pares”) de um Sistema Estatístico Nacional (SEN) dos Estados-Membros da União Africana (o «país analisado») em resposta ao seu pedido de avaliação.

“Os países analisados se comprometeram a publicar (ou permitir a publicação) dos Relatórios de Avaliação pelos Pares e permitir a sua discussão entre os parceiros do SEN” (ver Manual de Avaliação pelos Pares aos Sistemas Estatísticos Nacionais da África, www.austat.org).

Este relatório (no seu todo ou em parte) ou resumos dos mesmos, podem ser divulgados pela Comissão da União Africana (CUA) a todas as estruturas e órgãos da União Africana e membros do seu staff e, a seu pedido, à União Europeia, outros prestadores de assistência técnica e doadores com interesse legítimo, a menos que o país analisado se oponha a tal divulgação.

AGRADECIMENTOS

Este relatório foi possível graças ao Programa Pan-Africano Estatístico (PPE) financiado pela União Europeia. Este programa foi lançado em janeiro de 2016 e sua primeira fase de implementação vai até meados de 2019. O programa é liderado pela Divisão de Estatística da Comissão da União Africana e gerido pelo Eurostat, o Serviço de Estatística da União Europeia, com sede no Luxemburgo. Está sendo executado pela Expertise France, organização do governo francês sediado em Paris. O Programa Pan-Africano de Estatística (PPE) destina-se a ajudar a Comissão da União Africana a melhorar as suas operações estatísticas, bem como as das Comunidades Económicas Regionais (CERs) e os Institutos Nacionais de Estatística. Um dos objetivos do PPE é melhorar a disseminação estatística.



Equipa de Avaliação pelos Pares, Moçambique

PARES

Nthabiseng Makhatha - Vice-Secretária Geral, STATS SA (África do Sul)

Fernando Rocha - Diretor das Estatísticas Económicas e Empresariais, INE CV (Cabo Verde)

OBSERVADOR

Dr. José Awong Alene, CUA

CONSULTOR

António Duarte, Expertise France

Índice

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS

..... 6

PREFÁCIO

..... 7

1

RESUMO EXECUTIVO

..... 9

2

RECOMENDAÇÕES

..... 11

2.1 Organização e coordenação do Sistema Estatístico Nacional (SEN) 12

2.2 Ambiente institucional 12

2.3 Qualidade 13

2.4 Processos estatísticos 14

2.5 Disseminação 15

3

INTRODUÇÃO

..... 16

3.1 Objetivos gerais 16

3.2 Objetivos específicos 17

3.3 Metodologia 17

4

ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO SEN E DAS ATIVIDADES ESTATÍSTICAS OFICIAIS NO PAÍS – CONSTATAÇÕES

..... 18

4.1 Organização e coordenação do SEN 19

4.1.1 Composição, governação e coordenação do SEN 19

4.1.2 As estatísticas na política nacional de desenvolvimento 20

4.1.3 Plano estratégico em matéria de estatísticas (ENDE) 20

4.1.4 Relações com as partes interessadas 21

4.2 Ambiente institucional 22

4.2.1. Legislação estatística e outros instrumentos jurídicos 22

4.2.2. Independência profissional 22

4.2.3. Confidencialidade 23

4.2.4. Mandato para a recolha de dados 24

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| 4.2.5. Adequação de recursos | 24 |
| 4.3 Qualidade..... | 26 |
| 4.3.1 Relevância – relações com os utilizadores..... | 26 |
| 4.3.2 Coerência e comparabilidade | 26 |
| 4.3.3 Precisão, fiabilidade e atualidade..... | 27 |
| 4.3.4 Regras e práticas de retificação | 27 |
| 4.3.5 Políticas de revisão | 27 |
| 4.3.6 Medidas e práticas para garantir a qualidade dos processos e resultados..... | 28 |
| 4.4 Processos estatísticos..... | 28 |
| 4.4.1 Utilização de normas e classificações internacionais | 28 |
| 4.4.2 Solidez metodológica | 29 |
| 4.4.3 Utilização de dados administrativos | 29 |
| 4.5 Disseminação..... | 29 |
| 4.5.1 Modalidades e métodos de disseminação | 29 |
| 4.5.2 Aplicação do calendário de divulgação..... | 30 |
| 4.5.3 Simultaneidade, acesso prévio à disseminação | 30 |
| 4.5.4 Acesso e utilização de microdados | 30 |
| 4.6 Pontos fortes e pontos a melhorar..... | 31 |
| 4.6.1 Pontos fortes..... | 31 |
| 4.6.2 Pontos a melhorar | 31 |

DISCUSSÃO DAS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO PELOS PARES COM REFERÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA CARTA AFRICANA DA ESTATÍSTICA

| | |
|---------------------------------------------------|-----------|
| | 33 |
| 5.1 Organização e coordenação do SEN | 34 |
| 5.2 Ambiente institucional | 35 |
| 5.3 Qualidade..... | 35 |
| 5.4 Processos estatísticos..... | 36 |
| 5.5 Disseminação..... | 37 |

ANEXO 1

| | |
|---------------------------------------------------------------------------------------|----|
| AGENDA PARA AVALIAÇÃO PELOS PARES DO SISTEMA ESTATÍSTICO NACIONAL DE MOÇAMBIQUE | 38 |
|---------------------------------------------------------------------------------------|----|

ANEXO 2

| | |
|---------------------------------------------------------------------------|----|
| LISTA DE PARTICIPANTES DA AVALIAÇÃO PELOS PARES AO SEN DE MOÇAMBIQUE..... | 40 |
|---------------------------------------------------------------------------|----|


Acrónimos e abreviaturas

| | |
|--------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------|
| BAD | Banco Africano de Desenvolvimento |
| Agenda 2030 | Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável |
| Agenda 2063 | Agenda 2063 |
| ANDA | Arquivo Nacional de Dados |
| BM | Banco de Moçambique |
| CAE | Classificação de Atividade Económica |
| CCIO | Classificação do Consumo Individual por Objetivo |
| CCRGP | Conselho Coordenador de Recenseamento Geral da População |
| CICOP | Classificação do Consumo Individual por Objetivo |
| CIDE | Centro de Informação e Documentação Estatística |
| CNBS | Classificação Nacional de Bens e Serviços |
| COMESA | Mercado Comum da África Oriental e Austral |
| CPLP | Comunidade dos Países de Língua Portuguesa |
| CSE | Conselho Superior de Estatística |
| CUA | Comissão da União Africana |
| DFID | Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido |
| DQAF | Sistema de Avaliação da Qualidade dos Dados |
| ENDE | Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística |
| ENE | Escola Nacional de Estatística |
| FMI | Fundo Monetário Internacional |
| FNUAP | Fundo das Nações Unidas para a População |
| GSPBM | General Statistical Business Process Model |
| GTE | Grupos Técnicos Especializados |
| IDS | Inquérito Demográfico e de Saúde |
| INE | Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique |
| IPC | Índice de Preços no Consumidor |
| ISIC4 | Classificação Internacional Padrão da Indústria para todas as actividades Económicas, Versão 4 |
| NU | Nações Unidas |
| ODINE | Órgãos Delegados do Instituto Nacional de Estatística |
| ODS | Objetivos de Desenvolvimento Sustentável |
| OIT | Organização Internacional do Trabalho |
| OMC | Organização Mundial do Comércio |
| PALOP | Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa |
| PE | Plano Estratégico |
| PES | Plano Económico e Social |
| PFE0 | Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PPE | Programa Pan-africano Estatístico |
| PQG | Programa Quinquenal do Governo |
| PTF | Parceiros Técnicos e Financeiros |
| RCEV | Registos Cíveis e Estatísticas Vitais |
| RGPH | Recenseamento Geral da População e Habitação |
| RH | Recursos Humanos |
| SADEC | Comunidade de Desenvolvimento da África Austral |
| SCN | Sistema de Contas Nacionais |
| SEN | Sistema Estatístico Nacional |
| SH | Sistema Harmonizado |
| SHaSA | Estratégia de Harmonização Estatística em África |
| STATS SA | Instituto Nacional de Estatística da África do Sul |
| TIC | Tecnologia de Informação e Comunicação |
| UA | União Africana |
| UNESCO | Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura |
| UNICEF | Fundo das Nações Unidas para a Infância |
| UNIDO | Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas |

Prefácio

Moçambique é um país em vias de desenvolvimento, pertencente a Comunidade dos Países da África Austral (SADC) e à Comunidade dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Tem uma população estimada em 27 909 798 habitantes (Fonte: RGPH 2017), e com desafios importantes em termos de desenvolvimento, que veriam a ser definidos como prioridades nacionais no Programa Quinquenal de Desenvolvimento⁽¹⁾ (PQD), para 2015-2019, quais sejam, a Consolidação da unidade nacional, da paz e da soberania; Desenvolvimento do capital humano e social; Promoção do emprego, da produtividade e competitividade; Desenvolvimento de infraestruturas económicas e sociais; e Gestão sustentável e transparente dos recursos naturais e do ambiente.

(1) É o principal instrumento de referência política em termos de desenvolvimento do país e de diálogo com os Parceiros Técnicos e Financeiros (PTF).



Nos últimos anos, mesmo no contexto de crise económica e financeira internacional, o país registou níveis assinaláveis de crescimento real anual do Produto Interno Bruto (média de 3% nos últimos três anos) que foram impulsionados, sobretudo, pela contribuição da indústria extrativa, Agricultura, pecuária e caça. Ao nível social, regista-se também melhorias ao nível de vários indicadores, com ênfase para os dos sectores da educação e saúde.

Todos estes desafios devem ser mensuráveis para que seja possível o seguimento e avaliação dos seus programas, das suas políticas e de outras necessidades do país. Neste contexto, a estatística tem merecido especial atenção por parte das autoridades políticas que têm dado todo o apoio no seu processo de consolidação. Em 1996, é criado o SEN (Lei nº 7/96, de 5 de julho), o que contribuiu sobremaneira para lançar as bases para uma nova era em termos de produção das estatísticas oficiais. Progressos importantes foram registados até a data, mas, ainda são insuficientes.

Assim, o Presidente do Instituto Nacional de Estatísticas de Moçambique (INE) manifestou o seu interesse de que o SEN fosse revisto e avaliado pela Comissão da União Africana, no quadro da implementação do Programa Pan-africano Estatístico 2017-2019 (PPE), financiado pela União Europeia e sugeriu Cabo Verde e África do Sul fossem os pares neste exercício. Isto com o intuito de melhorar a resposta institucional ao Programa Quinquenal do Governo (PQG), do Plano Económico e Social (PES), a Agenda 2030 das Nações Unidas, a Agenda 2063 da União Africana, SADC, PALOP, CPLP, preparar as bases para o próximo PE do SEN, entre outros.

Equipa de Avaliação

A missão de avaliação pelos Pares ao SEN de Moçambique teve a duração de 5 dias úteis, tendo decorrido de 03 a 07 de junho 2019. Ela foi constituída pela Sra. Nthabiseng Makhatha, Directora Geral Adjunta do STATS SA (Instituto Nacional de Estatística da África do Sul) em representação da África do Sul, enquanto Presidente da Missão; Sr. Fernando Rocha, Diretor das Estatísticas Económicas e Empresariais do Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde (INECV), em representação de Cabo Verde, enquanto Vice-presidente da Missão; Dr. José Awong Alene, Observador da Comissão da União Africana, e António


Agradecimentos

A Equipa de Avaliação pelos Pares manifesta os seus agradecimentos ao SEN de Moçambique, às autoridades do país, especialmente ao Presidente do Instituto Nacional de Estatística, Sua Excelência, Dr. Rosário Fernandes e os seus colaboradores, pelas excelentes condições criadas, permitindo a equipa realizar o seu trabalho como planeado e sem sobressaltos. Estes agradecimentos são extensivos aos Parceiros Técnicos e Financeiros (PTF), representantes dos ODINE, bem como utilizadores de informação estatística, por sua hospitalidade, disponibilidade e o excelente espírito de cooperação que em muito contribuíram para o sucesso do trabalho.

Resumo executivo

O Sistema Da missão de avaliação dos Pares constata-se que o Sistema Estatístico Nacional (SEN) de Moçambique rege-se pela Lei nº. 7/96, de 5 de julho, regulamentada pelo Decreto nº 34/98 de 1 de julho, criando assim, as condições legais para o normal funcionamento do sistema. Acrescenta-se que a Lei observa no seu conteúdo os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais das Nações Unidas (PFEO) e que o país ratificou a Carta Africana de Estatística em 2012.





No entanto é preciso adequar os instrumentos legais aos novos tempos e aos novos desafios que o SEN enfrenta. De acordo com a referida Lei, o SEN de Moçambique é de pendor descentralizante, constituído pelo Conselho Superior de Estatística (CSE), o Instituto Nacional de Estatística (INE) e seus Órgãos Delegados do INE (ODINE), Banco de Moçambique (BM) e Conselho Coordenador de Recenseamento Geral da População (CCRGP).

Em Moçambique a nomeação do Presidente do INE é da competência do responsável máximo do país, isto é, do Presidente da República. Trata-se de um aspeto relevante, se tivermos em conta a transversalidade da estatística e mostra a importância que as autoridades do país atribuem a estatística e por sua vez, conferindo-lhe uma grande autoridade ao INE, face a outros serviços da Administração Pública.

Constata-se que a estatística vem dando um contributo importante no processo de desenvolvimento de Moçambique, sobretudo, na definição, seguimento e avaliação de políticas públicas, como evidência os principais instrumentos de planificação do país, como, o PQG, o PES. Neste sentido, o país dispõe de uma Estratégia Nacional Desenvolvimento da Estatísticas, designada de Plano Estratégico (PE), 2013-2019. Trata-se de um instrumento por excelência em termos de coordenação das atividades do SEN, de mobilização de recursos, quer interno, como externo e no diálogo com os parceiros.

Em cumprimento da execução do seu PE, o país vem registando grandes avanços em termos estatístico, com uma produção ampla e diversificada, como atesta o seu balanço de atividades do ano findo. Neste rol de atividades, destacam-se a realização e apresentação do IV Recenseamento Geral da População e Habitação 2017 (IV RGPH), a existência das Contas Nacionais (Anuais, trimestrais e provinciais), para além de outros produtos importantes, como o Índices de Preços no Consumidor (IPC), estatísticas do comércio externo.

A maioria dos ODINE enfrenta ainda muitos constrangimentos, quer ao nível de capacidade técnica, onde estão praticamente desprovidos de pessoal com formação em estatística, como debilidades em termos de condições materiais e financeiros. O nível de cobertura das estatísticas ainda é baixo e com reflexos ao nível da qualidade.

Constata-se que existe uma boa articulação entre o INE e as diversas instituições da Administração Pública, o que tem facilitado a produção das estatísticas oficiais.

Em termos de disseminação, também o país avançou muito. Dispõe de um calendário de publicações que é divulgado no website do INE, onde constam as datas de divulgação de todas as publicações produzidas pelos órgãos do SEN, contribuindo desta forma para a transparência que se requer e espera de um SEN. Um outro aspeto digno de realce é a adoção em 2014 do modelo de produção estatística denominado General Statistical Business Process Model (GSPBM) que assim que for implementado irá permitir documentar todo o processo necessário a realização de uma operação estatística.

Em termos de Recursos Humanos (RH), o INE dispõe de uma política e um Plano Estratégico dos Recursos Humanos que permitiria aos funcionários adquirir e desenvolver as competências necessárias, e reter estas competências ao nível da instituição. No entanto, aguarda a sua implementação efetiva.

No que tange ao financiamento da atividade estatística, grande parte do orçamento do INE para produção estatística tem sido financiado pelos parceiros de cooperação e o Governo tem garantido apenas o financiamento das despesas correntes de Funcionamento do INE. Coloca-se o problema da previsibilidade e estabilidade do financiamento de estatísticas, com repercussões negativas ao nível da execução do plano de ação e atividades do SEN. Acresce ainda que nem sempre os montantes acordados com os parceiros são disponibilizados e no momento requerido. Contudo, já há um compromisso de ambos os lados em continuar com o diálogo e estabelecer mecanismos que leva a resolução dos problemas com os desembolsos de forma mais expedita.

Em termos de condições de trabalho, ao nível central, elas são excelentes. O INE dispõe de um edifício moderno, bem equipado e que da dignidade a todos os que labutam nele e que muito contribui para melhorar a notoriedade e imagem da instituição. No entanto, ao nível da maioria das províncias, a situação é bem diferente, o que requer alguma atenção.

Nota-se que não foi possível encontrar com o Ministro de Tutela do INE, para apresentação das principais conclusões da missão, como sugerido pelo protocolo de Revisão por Pares.



Recomendações

Na sequência da avaliação pelos Pares ao SEN de Moçambique, tendo presente a Carta Africana da Estatística (adotada em 2008) e os cinco eixos de avaliação propostos pela metodologia *Snapshot*⁽²⁾, a missão apresenta as seguintes recomendações:

(2) Baseia-se na experiência de avaliações pelos pares dos estados membros da União Africana (UA), principalmente pelo apoio de Paris 21, e dos estados-membros da União Europeia implementada pelo Eurostat. Fornece orientações para a implementação das avaliações pelos pares, desde a seleção de países até à visita de campo e a divulgação do relatório da avaliação pelos pares.

2.1 Organização e coordenação do Sistema Estatístico Nacional (SEN)

RECOMENDAÇÃO 1

Implementar mecanismos de seguimento e avaliação da implementação do PE do SEN e dos principais instrumentos de planificação do país, como são os casos do Programa Quinquenal do Governo, o Plano Económico e Social e fazer os ajustes que se impõem em função dos resultados;

RECOMENDAÇÃO 2

Melhorar o mecanismo de seguimento e avaliação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e da Agenda 2063;

RECOMENDAÇÃO 3

Capacitar os utilizadores e produtores de informações estatísticas, na aplicação das principais nomenclaturas, como são os casos da Classificação da Atividade Económica CAE Rev.2 que está sincronizado com Classificação Internacional Padrão da Indústria para todas as actividades Económicas, Versão 4 (ISIC4), de forma a que haja harmonização entre as estatísticas produzidas no INE e aquelas produzidas pelas demais instituições, como por exemplo, pela Autoridade Tributária;

RECOMENDAÇÃO 4

Utilizar as Delegações Provinciais do INE para fazer a coordenação das atividades estatísticas dos diferentes sectores, ao nível das províncias, a semelhança do que vem fazendo o INE ao nível central;

RECOMENDAÇÃO 5

Maior divulgação da Lei do SEN;

RECOMENDAÇÃO 6

Analisar caso a caso o funcionamento e o mandato dos ODINE e em caso de necessidade, criar outros de forma a introduzir nova dinâmica no processo de produção estatísticas;

RECOMENDAÇÃO 7

Aumentar a disponibilidade financeira ao nível dos ODINE para fazerem face as suas atribuições em termos de produção estatística;

RECOMENDAÇÃO 8

Apoiar todos ODINE na melhoria das condições de trabalho, em termos de espaços, acesso a internet, equipamentos etc. de forma a contribuir para melhorar as suas atividades, com o desenvolvimento de bases de dados, fundamentais para a melhoria da produção estatística;

RECOMENDAÇÃO 9

Melhorar o diálogo com os Parceiros Técnicos e Financeiros, através do Grupo formal de Coordenação existente, sobre as questões Estatísticas em conformidade com a Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda.

2.2 Ambiente institucional

RECOMENDAÇÃO 1

Criar as condições para que a nova proposta de Lei do SEN, alinhada com os PFEO, com preceitos da Carta Africana Estatística e com à Estratégia de Harmonização Estatística em África (SHaSA 2), seja aprovada pelo Conselho de Ministro e pela Assembleia da República, permitindo a sua implementação efetiva;

RECOMENDAÇÃO 2

Propor na nova Lei, elementos das especificações do perfil para a nomeação dos dirigentes de topo do INE;

RECOMENDAÇÃO 3

Normalizar o funcionamento da Presidência do INE, com a nomeação dos dois Vice-presidentes, ou então, rever a Lei, permitindo que o INE funcione apenas com um Presidente;

RECOMENDAÇÃO 4

Fortalecer a Escola Nacional de Estatística em termos de recursos humanos, materiais e financeiros;

RECOMENDAÇÃO 5

Assegurar ao SEN um programa de formação inicial e contínua, para capacitar os recursos humanos, sobretudo, das províncias, em termos quantitativos e qualitativos, para a produção regular de estatísticas de qualidade, no tempo e no espaço. É uma forma de contribuir para melhoria contínua e empoderamento dos funcionários responsáveis pelas atividades estatísticas;

RECOMENDAÇÃO 6

Continuar e reforçar os ciclos de formação dirigidas aos ODINE, utilizando a ENE;

RECOMENDAÇÃO 7

Criar as condições para que a ENE participe nos encontros dos Centros de formação de estatística em África, de forma a criar redes, espaços de partilha e Cooperação Sul-Sul;

RECOMENDAÇÃO 8

Promover a ENE ao nível dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). É a primeira escola do tipo neste espaço e tem todas as condições de ser uma Escola Estatística dos PALOP, com todos os ganhos daí advenientes para o país e para a comunidade, sobretudo, em termos da sua sustentabilidade;

RECOMENDAÇÃO 9

Elaborar uma estratégia de sensibilização para todas as atividades estatísticas do SEN;

RECOMENDAÇÃO 10

Reforçar a cultura estatística no país, através de um trabalho de sensibilização junto das autoridades políticas e dos utilizadores de uma maneira geral, sobre a importância da estatística;

RECOMENDAÇÃO 11

Melhorar a previsibilidade de recursos financeiros ao nível do INE e do SEN de forma a não comprometer a execução do seu plano de atividades, aprovado ao nível do CSE;

RECOMENDAÇÃO 12

Diminuir o peso do financiamento externo na produção estatística, aumentando a participação do estado que atualmente é de apenas cerca de 30%;

RECOMENDAÇÃO 13

Implementar a recomendação da Comissão da União Africana em ter pelo menos 0,15% do orçamento do país alocado às estatísticas.

2.3 Qualidade

RECOMENDAÇÃO 1

Participar no Sistema Avançado de Disseminação de Dados do FMI (e-GDDS);

RECOMENDAÇÃO 2

Estabelecer um marco de garantia de qualidade no INE e alargar a sua aplicação a todos os órgãos do sistema;

RECOMENDAÇÃO 3

Trabalhar com os ODINE na aplicação do marco de qualidade do INE, os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais das Nações Unidas e a Carta Africana de Estatísticas;

RECOMENDAÇÃO 4

Aplicar o Esquema de Avaliação da Qualidade dos Dados (DQAF) na avaliação das operações de algumas Direções dentro do INE;

RECOMENDAÇÃO 5

Produzir instrumentos técnicos e metodológicos que permitem avaliar a qualidade dos processos de produção estatística;

RECOMENDAÇÃO 6

Implementar uma estrutura de qualidade em toda a cadeia de produção estatística ao nível do SEN. Convém, no entanto, frisar que o INE já deu passos importantes nesta direção, com a adoção do GSBPM, fundamental nas operações estatísticas;

RECOMENDAÇÃO 7

Implementar regras claras e práticas de retificação dos dados já publicados. Até a data tem-se privilegiado a utilização de erratas que são inseridas apenas nas publicações, o que é manifestamente insuficiente;

RECOMENDAÇÃO 8

Reforçar os Recursos Humanos ao nível do INE para fazer face às suas necessidades. Nota-se que de acordo com o Plano Estratégico do SEN, o INE precisava de 961 funcionários para implementar integralmente o referido plano estratégico. No entanto, atualmente há 567 funcionários, o que representa apenas 59% do pessoal necessário para implementar a estratégia que está no seu último ano de vigência;

RECOMENDAÇÃO 9

Preparar a substituição de muitos funcionários experientes que estão quase na idade de reforma. É sabido que as capacidades para se produzir as estatísticas levam o seu tempo. No entanto, constata-se que o recrutamento na Função Pública está congelado, o que representa um risco de transferência de capacidade e liderança;

RECOMENDAÇÃO 10

Aumentar os recursos humanos nos ODINE e capacitá-los, com forte aposta nos técnicos da área da estatística;

RECOMENDAÇÃO 11

Participar nos Grupos Técnicos Especializados (GTE) da SHaSA 2;

RECOMENDAÇÃO 12

Definir e implementar uma Política de Tecnologias de Informação e Comunicação a todo o SEN que seja consubstanciado em um plano Estratégico;

RECOMENDAÇÃO 13

Melhorar o nível e a cobertura das estatísticas das empresas, com uma aposta forte na sensibilização e maior cooperação institucional com o Ministério das Finanças, a quem as empresas devem fornecer os relatórios e contas, bem como os representantes das Camaras de Comercio e do Sector Informal;

RECOMENDAÇÃO 14

Melhorar a taxa de resposta nos inquéritos ao sector empresarial;

RECOMENDAÇÃO 15

Reduzir os prazos na disponibilização dos dados estatísticos, de forma a evitar alguma ansiedade junto dos utilizadores da informação, melhorando assim, a credibilização do trabalho realizado pelo INE e pelos demais órgãos do sistema;

RECOMENDAÇÃO 16

Reforçar ainda mais, o diálogo com as Universidades com vista a melhorar as metodologias;

RECOMENDAÇÃO 17

Esclarecer e definir conjuntamente com o Banco de Moçambique a responsabilidade institucional da Central de Balanços;

RECOMENDAÇÃO 18

Promover uma avaliação independente da qualidade dos dados produzidos pelo INE e todas as estruturas do SEN.

2.4 Processos estatísticos

RECOMENDAÇÃO 1

Definir uma política para uso de dados administrativos, trabalhando de perto na produção de estatística oficial;

RECOMENDAÇÃO 2

Incentivar a utilização das fontes de dados administrativas na produção de estatística oficial;

RECOMENDAÇÃO 3

Aprimorar os métodos de recolha de dados baseados no uso das tecnologias de informação e comunicação. É uma forma de melhorar as taxas de respostas, a qualidade, reduzir o tempo de disponibilização dos resultados;

- Melhorar os recursos tecnológicos nos ODINE (software, Hardware e outros materiais);
- Investir na recolha digital, ao nível das diferentes operações estatísticas, automatizando os processos de recolha de dados, com ganhos em termos de redução de custos e tempo na publicação dos dados;
- Aproveitar da informatização em curso em alguns ministérios para submeter as necessidades em termos de informações, com ganhos evidentes no futuro;
- Apoiar os sectores na informatização dos processos, sobretudo, os órgãos provinciais, criando bases de dados, úteis na produção de dados estatísticos;
- Generalizar o uso das TIC na recolha de dados ao nível dos inquéritos e dos censos;

RECOMENDAÇÃO 4

Definir uma plataforma (Base de dados) entre o INE e os vários ministérios e ODINEs, de forma a facilitar a produção e fornecimento dos dados;

RECOMENDAÇÃO 5

Dar retorno aos setores relativamente aos dados que enviem ao INE, inclusive relacionados com a qualidade, permitindo-lhes melhorar os seus processos;

RECOMENDAÇÃO 6

Melhorar a coordenação e os processos de recolha entre as instituições envolvidas na produção de Registos Cíveis e Estatísticas Vitais (RCEV), como são os casos dos Ministérios da Justiça, da Saúde, da Administração Interna;

RECOMENDAÇÃO 7

Trabalhar de perto com o sector da justiça de forma a melhorar os processos, fundamentais na produção de dados administrativos e em consequência, estatísticas oficiais, com ênfase para as estatísticas vitais, e estatísticas de crime e justiça criminal.

RECOMENDAÇÃO 8

Melhorar a disciplina institucional no cumprimento dos prazos na partilha de informações entre os órgãos produtores do SEN;

RECOMENDAÇÃO 9

Aumentar a produção de informação estatística a nível das províncias e municípios e de todos os sectores da vida económica e social do país.

RECOMENDAÇÃO 6

Realizar anualmente pesquisas de satisfação dos usuários sobre a qualidade e relevância da produção estatística e utilizar os resultados na melhoria dos produtos estatísticos e da disseminação;

RECOMENDAÇÃO 7

Promover uma campanha de sensibilização no sentido de aumentar a cultura estatística e levar os utilizadores a tomarem decisões com base em informações estatísticas;

RECOMENDAÇÃO 8

Definir as regras e desenvolver protocolos quanto a disponibilização prévia e sobre embargo dos resultados estatísticos às autoridades e torná-las públicas;

RECOMENDAÇÃO 9

Tornar pública a política de correção de dados publicados;

2.5 Disseminação

RECOMENDAÇÃO 1

Cumprimento rigoroso do calendário de difusão ao nível de todos os órgãos do SEN;

RECOMENDAÇÃO 2

Elaborar uma estratégia de transmissão de dados administrativos dos ODINE para o INE, com garantias de confidencialidade e a segurança dos dados;

RECOMENDAÇÃO 3

Publicar os metadados (fontes e metodologias) utilizados, juntamente com as respetivas estatísticas, de forma a garantir uma compreensão e uso adequado dos dados, evidenciando as melhores práticas internacionais;

RECOMENDAÇÃO 4

Melhorar o website, tornando-o mais atrativo, amigável do utilizador e mais fácil de navegar;

RECOMENDAÇÃO 5

Criar as condições para que os utilizadores possam fazer os seus quadros, gráficos e tabelas diretamente no website, aproveitando a grande vantagem do INE disponibilizar microdados online;

3

Introdução

3.1 Objetivos gerais

A missão de avaliação pelos Pares tinha por objetivos avaliar o SEN de Moçambique e produzir recomendações que possam contribuir para melhorar a governança do Sistema, fortalecendo, assim, a sua capacidade de produzir e disponibilizar estatísticas de qualidade aos utilizadores.





3.2 Objetivos específicos

Em termos de objetivos específicos, a missão visou:

- Avaliar o funcionamento do SEN em todos os seus aspetos (institucional, funcional, organizacional, processos de produção estatística e disseminação);
- Promover o intercâmbio de boas práticas;
- Identificar os pontos fracos e fortes do SEN e fazer recomendações que permitam melhorar o seu desenvolvimento e consolidação;
- Sensibilizar as autoridades nacionais e os PTF para a necessidade de fortalecer as capacidades do SEN.

3.3 Metodologia

A metodologia de avaliação utilizada pelos Pares baseia-se na Carta Africana da Estatística e nos PFEO. Consistiu em analisar em que medida as políticas e práticas em vigor ao nível do SEN, em específico no INE, estão em conformidade com os princípios da referida carta.

Esta avaliação tem a duração de cinco dias no terreno, um mês para preparar o relatório e um mês para a reação do país. Ela baseou-se nos temas propostos pelo guia de avaliação *Snapshot*, tais como: *Organização e Coordenação do SEN*; *Ambiente Institucional*; *Qualidade*; *Processo Estatístico e Disseminação*. Para o efeito, uma série de documentos preparados pelo INE e enviados previamente à equipe de avaliação, tais como, as Legislações estatísticas e instrumentos jurídicos relacionados, documentos de políticas estatísticas (política de recursos humanos, de divulgação, revisão e de formação, se disponíveis) foram previamente analisados. Também o questionário *Snapshot* desenvolvido pela União Europeia e adaptado à realidade africana pela Comissão da União Africana foi enviado previamente aos membros da missão para análise. Além disso, durante a missão e para os propósitos da avaliação, foram realizadas entrevistas com os principais produtores e utilizadores de dados estatísticos oficiais com o intuito de clarificar várias questões, úteis na produção deste relatório.

*Organização
e gestão do sen
e das atividades
estatísticas
oficiais
no país -
constatações*

4.1 Organização e coordenação do SEN

4.1.1 Composição, governação e coordenação do SEN

Em termos de composição, governação e coordenação, o SEN de Moçambique é constituído pelo Conselho Superior de Estatística (CSE), o Instituto Nacional de Estatística (INE) e seus Órgãos Delegados (ODINE)⁽³⁾, Banco de Moçambique (BM), Conselho Coordenador do Recenseamento Geral da População (CCRGP).

De forma a operacionalizar as ações, o SEN de Moçambique dispõe de algumas comissões ou grupos de trabalho específicos que reúnem regularmente para tratar de temas estatísticos, onde se destacam:

- Conselho Superior de Estatística
- Conselho Técnico Metodológico
- Conselho Coordenador do Recenseamento da População e Habitação
- Gabinetes do Recenseamento (Central, Provincial, Distrital)
- Comité de Parceria
- Conselho Consultivo Alargado do INE
- Os Grupos de Trabalho ("Task Force").

O Conselho Superior de Estatística, é órgão do estado que superiormente coordena e orienta a atividade estatística no país. O seu papel enquanto organismo de coordenação é aprovar as normas, classificações, definições e conceitos para todo o SEN e emitir resoluções para o melhor funcionamento do SEN. Para além disso, supervisiona o cumprimento obrigatório e a observância das normas e classificações, definições e conceitos na produção estatística, através da instituição da obrigatoriedade de aprovação metodológica das operações estatísticas.

Ainda relativamente a coordenação, destaca-se a existência de um Plano Anual de Atividades do SEN, acompanhado de um consequente orçamento que é elaborado com base no Plano Estratégico do SEN 2013-2019. Este Plano

Anual de Atividades é aprovado numa primeira fase pela Presidência do INE e posteriormente pelo Conselho Superior de Estatística e sua operacionalização é feita através da implementação do Plano e Relatório Anual de Atividades, com seguimento mensal e trimestral pelo INE, pelos Órgãos Delegados (ODINE) e pelo BM.

Ao nível micro, o SEN conta com o Conselho Coordenador do Recenseamento Geral da População; o Conselho Técnico Metodológico e o Conselho Consultivo Alargado do INE.

Estão representados no CSE, os organismos públicos e privados, com destaque para o INE, Banco de Moçambique, vogais representantes de todos Ministérios, Sociedade Civil, Universidades e Instituições de Investigação. É presidido pelo Primeiro Ministro, o que facilita a efetiva coordenação da atividade estatística do país e vem funcionando em pleno e de forma regular, efetuando uma excelente coordenação. Neste contexto, é expectável que a nova Lei seja aprovada brevemente, de forma a imprimir uma nova dinâmica as estatísticas do país.

Cabe ao **Banco de Moçambique** assegurar a centralização e compilação das estatísticas monetárias e cambiais que julgue necessárias à prossecução de uma política eficiente naqueles domínios.

O Conselho Coordenador do Recenseamento da População e Habitação é o órgão do SEN responsável pela preparação e realização do recenseamento.

O Instituto Nacional de Estatística é o órgão executivo central do SEN, responsável pela produção das demais estatísticas, podendo delegar competências nos ODINE. Subordina-se ao Conselho de Ministros e é tutelado pelo Ministro de Economia e Finanças que é o interlocutor entre o Conselho de Ministros e o INE. Funciona como um órgão colegial, constituído pelo Presidente e dois Vice-presidentes. No entanto, os dois Vice-presidentes foram exonerados pelo Presidente da República há mais de um ano e até a data aguarda-se a nomeação. Esta situação coloca um problema de legalidade no funcionamento do INE. O INE dispõe de uma entidade específica que promova a aplicação de conceitos, definições, classificações padronizadas que é a Direção de Integração, Coordenação e Relações Externas. As Classificações estatísticas são adotadas de acordo as metodologias das Nações Unidas e o INE tem contado com apoio de consultoria internacional. Após compiladas são apreciadas e aprovadas pelo CSE

(3) De acordo com o Artigo 17º da Lei do SEN estão representadas no principal organismo de coordenação do SNE as seguintes instituições: DG INE mais 1 vogal, 1 representante de cada Órgão do Governo, 1 do BNA, 2 Associação empresarial, 2 Associação profissional, 2 Associação sindical, 2 Associação ambiental, 2 ONG nacionais, e 2 professores Universitários.

Um aspeto digno de realce e tem contribuído para a melhoria substancial da estatística no país, é a partilha de informações entre as várias instituições que compõe o SEN, não obstante a lei do SEN fixar o mecanismo de partilha de dados entre as instituições. Tem sido de grande importância com impactos notórios na melhoria da eficiência, reduzindo simultaneamente os encargos administrativos dos inquiridos. Para além da própria lei, as instituições que compõe o SEN têm celebrados memorandos de entendimento e protocolos para a partilha dos dados entre os seus membros e instituições governamentais, fundamental na coordenação.

Em termos de frequência das reuniões destas comissões, varia em função dos casos: O Conselho Superior de Estatística reúne ordinariamente duas vezes ao ano e extraordinariamente sempre que convocado; o Conselho Consultivo Alargado do INE reúne anualmente e os restantes grupos/Comissões, reúnem sempre que se mostrar necessário.

4.1.2 As estatísticas na política nacional de desenvolvimento

Analisando o uso das estatísticas na política nacional de desenvolvimento, as evidências mostram que elas são muito utilizadas no país. A elaboração dos principais instrumentos de planificação do país, teve como base informações estatísticas produzidas pelo SEN e as metas neles contidos para serem medidas e avaliadas os seus impactos, também são necessários os dados estatísticos produzidos pelo SEN. Destaca-se por exemplo, o Programa Quinquenal do Governo, o Plano Económico e Social, o Balanço deste último, bem como vários estudos socioeconómicos sobre o impacto das políticas públicas do país. Daí se depreende que as estatísticas assumem uma grande importância no desenvolvimento de Moçambique. Precisamente por isso, foi criado um programa de desenvolvimento de estatísticas, incorporado na plataforma de programação e gestão do orçamento do Estado, e sistef, com base na qual se planifica e se orçamentam ações anuais para o desenvolvimento de estatísticas. Para além disso, como atrás referido, elas foram utilizadas na definição das metas do Programa Quinquenal do Governo e vêm sendo utilizadas na sua avaliação e monitoria, bem como, do Plano Económico e Social.

Acresce ainda que o INE de Moçambique, anualmente, no dia 18 de novembro e 28 de agosto, celebra o dia Africano de Estatística e o dia da criação do Instituto Nacional de Estatística, são momentos de reflexão a volta do desenvolvimento e desafios da estatística no país. Estas datas são utilizadas para promoção da cultura estatística, a nível nacional e nas Delegações provinciais, através da realização de vários eventos, com destaque para seminários e tem contado com a participação de membros do governo, parceiros de desenvolvimento e dos vários órgãos do SEN.

Relativamente aos parceiros externos, as reuniões estão institucionalizadas sendo um fórum privilegiado de discussão e diálogo sobre os desafios da estatística no país. Tem havido muita abertura e cooperação e as questões estatísticas, quer em termos de financiamento, como de atividades, têm sido discutidas abertamente.

4.1.3 Plano estratégico em matéria de estatísticas (ENDE)

Moçambique dispõe de um plano nacional de desenvolvimento de estatísticas, denominado de Plano Estratégico 2013-2017 (PE-SEN 2013-2017). A elaboração do PE de Moçambique teve início em 2010, com uma avaliação interna do Plano Estratégico (2008-2012), culminando com a identificação das ações relevantes, a consolidar no PE-SEN (2013-2017). Fez-se também uma avaliação das capacidades de todos os órgãos do SEN, bem como, das necessidades dos utilizadores que ilustrou o grau de implementação do Plano Estratégico 2008-2012. Este Plano Estratégico do SEN foi acompanhado de um programa de trabalho detalhado para os próximos anos, denominado de Plano de Ação com as ações estratégicas e o orçamento anual necessário à sua implementação. Anualmente o INE elabora o Plano de Atividades e Orçamento para o SEN.

O processo de conceção da ENDE de Moçambique foi liderado pelo INE e teve-se em conta as orientações de Paris21, assegurando assim, a sua coerência e encontra-se no seu último ano de vigência. Tratou-se de um exercício muito participativo, envolvendo os principais atores do sistema (INE, Banco de Moçambique e Órgãos Delegados, os Utilizadores), Produtores, Organizações da Sociedade Civil, Academia, através de reuniões de auscultação.

(5) Lei 3/11 de 14 de janeiro – Lei do SEN; Decreto Presidencial n.º 27/17 de 22/02 Estatuto Orgânico; Decreto Presidencial n.º 28/17 de 22/02 Recolha coerciva; Decreto Presidencial n.º 88/15, de 7 de maio – ENDE; Decreto Presidencial n.º 138/17 de 2/06 – Transgressões Estatísticas.

Este plano foi inicialmente desenvolvido para o período 2013-2017, mas, foi submetido a uma avaliação a meio-percurso em 2015, que recomendou o seu alinhamento com o plano de governação do país (PQG 2015 -2019) e para cumprir este desiderato fez-se uma extensão para mais dois anos, cobrindo assim, o período 2013-2019.

Em suma, a elaboração e extensão do PE do SEN de Moçambique passou pelas seguintes etapas:

- Diagnóstico junto dos principais produtores e utilizadores de estatísticas oficiais.
- Reuniões sectoriais de reflexão, em torno dos desafios que se colocam ao SEN entre 2013 e 2019, com intuito de definir a visão futura e os elementos chave orientadores da estratégia.
- Consulta e validação da proposta de PE do SEN, em articulação com os diferentes *stakeholders* (INE, Banco de Moçambique, órgãos delegados do INE, universidades, associações empresariais e outras instituições públicas e privadas).
- Aprovação do PE ao nível do CSE e posterior implementação.

Acresce ainda que este PE está alinhado com a Estratégia para a Harmonização das Estatísticas em África (SHaSA). A sua elaboração teve em conta os quatro temas da SHaSA. No entanto, tendo em conta que a SHaSA foi revisto e existe uma nova versão (SHaSA II), é necessário que o novo PE a ser elaborado, tenha presente a SHaSA II e que ao contrário do que tem acontecido até a data, o INE participe ativamente nos Grupos Técnicos Especializados da SHaSA, de forma a contribuir para as discussões, mostrar o engajamento e comprometimento do país com a estatística africana e em consequência para o desenvolvimento da estatística no continente.

Em suma, o PE do SEN de Moçambique, é um documento de referência em matéria estatística, especificamente, na coordenação, execução das atividades do sistema, mobilização de recursos quer interno com externo e no diálogo com os parceiros. Também ilustra de forma sistematizada, as necessidades de financiamento para a produção estatística. Todas as iniciativas de desenvolvimento de estatísticas no País, tem como referência as prioridades definidas e a provadas no Plano Estratégico do SEN.

4.1.4 Relações com as partes interessadas

O INE de Moçambique faz consultas regulares para o seguimento e avaliação do PE, bem como do plano de atividades e do balanço das ações realizadas. Para o efeito, são realizadas reuniões técnicas e de gestão estratégica, como são os casos da Reunião Nacional de Planificação e o Conselho Consultivo Alargado do INE. São espaços importantes, onde também se discute e valida o Plano Anual de Atividades e Orçamento, bem como o respetivo Balanço do ano findo que são posteriormente submetidos ao CSE.

Acresce ainda que como atrás exposto, o SEN de Moçambique dispõe de vários outros mecanismos de coordenação da ENDE.

Com os organismos internacionais tem havido também um diálogo e coordenação constante relativamente a implementação do PE, com frequentes comunicações ou consultas formais sobre a evolução do plano e possibilidade de inclusão de inquéritos ad-hoc ou regulares no ciclo de planeamento. O INE além de realizar reuniões supracitadas onde participam os parceiros de desenvolvimento, tem mecanismos formais e frequentes de comunicação com os parceiros. O objetivo destes encontros é coordenar as iniciativas de financiamento e assistência técnica à produção estatística, em linha com o Plano Estratégico do SEN. A nível institucional, o INE tem o Gabinete de Cooperação e Relações Internacionais que responde pelos mecanismos de comunicação formal com os parceiros internacionais que apoiam o desenvolvimento de estatísticas. No entanto, tem-se deparado com alguns constrangimentos relacionados com desembolso tardio dos financiamentos, com consequência negativas na implementação efetiva das suas ações, de acordo com o cronograma aprovado.

4.2 Ambiente institucional

4.2.1 Legislação estatística e outros instrumentos jurídicos

Relativamente ao Ambiente institucional é de realçar o facto de Moçambique dispor de uma Lei do Sistema Estatístico Nacional que norteia toda a atividade estatística do país, Lei nº. 7/96, de 5 de julho que foi regulamentada pelo Decreto nº 34/98 de 1 de julho.

A lei do SEN no seu conteúdo observa os Princípios Fundamentais das Estatísticas Oficiais das Nações Unidas (PFEO). No entanto, tendo em conta que a Carta Africana de Estatística da Carta Africana de Estatística é 2008, muito posterior a Lei, carece de alguma adequação. Estes instrumentos são importantes do ponto de vista da harmonização estatística e como tal ajudem a responder aos novos desafios que se colocam ao país em termos de estatística, sobretudo, em produzir os indicadores dos ODS, da Agenda 2063 e outros indicadores emergentes.

No entanto, convém frisar que as autoridades Moçambicanas estão cientes disso, e em 2014, a lei foi alvo de uma revisão, adequando-a aos novos desafios que se colocam ao país. Atualmente o INE dispõe de uma nova proposta de Lei, que aguarda a sua aprovação pelo Conselho de Ministros e posterior submissão a Assembleia da República para aprovação, criando assim, todas as condições legais e institucionais para uma nova dinâmica que se pretende e espera do SEN. Ela para além de estar alinhada com os PFEO das NU, a semelhança da lei em vigor, está alinhada com os preceitos da Carta Africana de Estatística, aprovada em 2008.

Toda a legislação relativa a atividade estatística (lei, regulamentos e decretos conexos) está acessível e publicada na página Web do INE, permitindo assim, a que todos os que tem interesse possam acede-la de forma célere e gratuita.

4.2.2 Independência profissional

Quanto a **Independência Profissional** das autoridades estatísticas, de modo a poderem operar livres de envolvimento político, constata-se que ela está conferida na Lei, através do **princípio da autonomia técnica** que consiste no poder conferido ao INE de, *no exercício da sua atividade estatística, definir livremente os meios tecnicamente mais ajustados à prossecução da sua atividade, agindo no*

âmbito da sua competência técnica com inteira independência. Assim, assegurando a não interferência política ou de grupos de interesse. Por força deste princípio, o Executivo Moçambicano e demais entidades públicas e privadas, não podem, de forma alguma, interferir no processo de produção e difusão das estatísticas oficiais, sob pena de ser posta em causa a informação resultante das operações estatísticas (recenseamentos e inquéritos). Acresce ainda que o calendário das publicações é estabelecido pelas unidades produtoras de acordo com os seus planos de produção.

No que concerne a **imparcialidade das atividades estatísticas**, ela está definida no Artigo 9, da referida Lei e consiste no dever do INE de, no exercício da sua atividade estatística, produzir as estatísticas de forma objetiva, científica e com bases inequívocas.

Outro princípio também importante e previsto na Lei, é a **transparência dos processos estatísticos** e conclusões (Artigo 10 – transparência). Este princípio *consiste no direito conferido aos fornecedores dos dados estatísticos individuais, necessários à produção de estatísticas oficiais, de obter informações relativas ao fundamento jurídico, aos fins para que esses dados são pedidos e às medidas de proteção da sua confidencialidade e da sua utilização exclusiva para fins estatísticos.*

Outro aspeto importante do ponto de vista da independência profissional dos INEs, é a definição do perfil dos Diretores Gerais e dos dirigentes de outros serviços estatísticos. Constata-se que a Lei do SEN de Moçambique é omissa quanto a solicitação de experiência estatística, no perfil do Presidente do INE e dos dirigentes de topo, isto é, à competência, objetividade e independência. Recomenda-se que a nova Lei em processo de aprovação contemple uma solução para esta situação. Também é desejável que a nova Lei do SEN fixe os procedimentos de seleção dos Dirigentes de topo do INE, através de concurso público que é igualmente um indicador importante da independência profissional do INE.

Acresce ainda que em Moçambique, o Presidente do INE é nomeado pelo Presidente da República. Trata-se de um elemento importante e que atribui uma grande autoridade ao INE face a outros serviços da administração pública.

O Presidente do INE tem estatuto de vice-ministro e como tal tem acesso direto ao Ministro de Tutela, ao Primeiro-ministro e ao Presidente da República, sendo recebido por qualquer um sempre que solicitar audiência. Igualmente participa no Conselho de Ministros, o que lhe permite um seguimento oportuno e identificação de prioridades emergentes ao nível de todos os sectores. Ressalva-se também que o Conselho de Ministro é um fórum de pressão.

4.2.3 Confidencialidade

A confidencialidade estatística é também um princípio importante ao nível dos SEN que transmite a confiança aos inquiridos relativamente a estatística. O objetivo visado pelo legislador, é o de salvaguardar a privacidade dos cidadãos, preservar a concorrência entre agentes económicos e garantir a confiança dos inquiridos do SEN. É garantida pelo no Código de Conduta, bem como pela Lei do SEN que no seu Artigo 14, apresenta as seguintes disposições em matéria de confidencialidade e proteção dos dados individuais:

1. *Todas as informações estatísticas de carácter individual, recolhidas pelos órgãos produtores de estatísticas oficiais, no âmbito do SEN, são de natureza estritamente confidencial, pelo que:*

a) Não podem ser discriminadamente inseridas em quaisquer publicações ou fornecidas a quaisquer pessoas ou entidades, nem delas pode ser passada certidão;

b) Nenhum serviço ou autoridade pode ordenar ou autorizar o seu exame;

c) Constituem segredo profissional para todos os funcionários ou agentes do SEN que delas tomem conhecimento por força das suas funções estatísticas.

2. *As informações individualizadas sobre pessoas singulares nunca podem ser divulgadas.*

3. *As informações individualizadas sobre empresas públicas ou privadas nunca podem ser divulgadas, salvo autorização escrita dos respetivos representantes, ou após autorização do Conselho Superior de Estatística, caso a caso, desde que estejam em causa as necessidades do planeamento e coordenação económica, as relações económicas externas ou a investigação científica.*

4. *Do disposto no n.º 1 do presente artigo, excetuam-se as informações sobre a administração pública e a identificação, localização e atividade das empresas e estabelecimentos, e outras que são geralmente de interesse e uso público.*

Da análise da documentação disponível e das reuniões com o INE, concluiu-se que o pessoal estatístico não é obrigado a assinar uma declaração de segredo e confidencialidade ao realizar trabalhos estatísticos. Parte-se do princípio que por serem do sistema já estão abrangidos por este princípio. Para o caso das operações estatísticas, em todas formações que o INE realiza é feita a advocacia da lei e do código de conduta sobre os princípios que regem a atividade estatística, com maior enfoque para o segredo estatístico e confidencialidade da informação que é recolhida. Para além disso, na capa de cada questionário, são colocados esses dois princípios, com os artigos da lei destacados. Acresce

ainda que durante a recolha de dados, os inquiridores explicam aos respondentes os objetivos da operação e os princípios a que estão sujeitos, concretamente, da confidencialidade e do segredo estatístico.

Em suma, as obrigações e práticas do INE, no que respeita à confidencialidade, são tornadas públicas, nas operações estatísticas. O inquiridor é instruído sobre a confidencialidade e, é dado a responsabilidade de explicar os propósitos do questionário aos inqueridos, ressaltando a importância da confidencialidade estatística.

Acresce ainda que este princípio é aplicado também a todos os outros órgãos que compõe o SEN e estabelece que o pessoal que presta serviço nos ODINE, independentemente do seu vínculo jurídico, fica obrigado a observância das normas relativamente ao princípio do segredo estatístico, obrigação que se mantém após a cessação de funções, e cuja violação faz incorrer os contraventores em responsabilidade disciplinar grave, sem prejuízo das sanções aplicáveis ao instituto do segredo estatístico.

Dada a natureza e especificidade da sua atividade e por imposição legal, o INE é obrigado a anonimizar todas informações estatísticas recolhidas para a prossecução dos seus fins, de forma a evitar o reconhecimento de qualquer informação de natureza individual. Em Moçambique, o INE já procede a anonimização dos dados estatísticos, de forma a evitar que um indivíduo seja identificado por terceiros. Existe uma política de acesso aos dados, onde disponibiliza-se 10% de microdados, para efeito de pesquisa e mediante autorização do Presidente do INE. Trata-se de um aspeto muito importante, uma vez que dá a possibilidade ao INE de disponibilizar microdados, sobretudo aos pesquisadores, permitindo-os gerar mais conhecimentos com os dados, em prol do desenvolvimento do país e valorizando assim as informações produzidas. No entanto, a capacidade interna para anonimizar adequadamente os dados ainda é reduzida, pelo que esforços deverão ser encetados no sentido de reforçar a capacidade técnica dos quadros da instituição nesta matéria.

Para além disso, dispõe de servidores de dados com políticas de autenticação devidamente padronizadas, garantindo assim, maior segurança aos dados existentes na instituição.

A legislação prevê também penalizações para os que violem este importante princípio, como se depreende do Artigo 28 da referida Lei que disserta sobre a Violação do Segredo Estatístico. Segundo o referido artigo, *os funcionários e agentes dos órgãos do SEN que violarem o princípio do segredo estatístico, são passíveis de responsabilidade disciplinar, sem prejuízo de responsabilidade civil ou criminal.* No entanto, até a data não tem havido a necessidade de aplicar efetivamente estas penalizações.

4.2.4 Mandato para a recolha de dados

A legislação estatística no seu Artigo 6, atribui ao INE o estatuto de Autoridade Estatística e como tal, tem pleno mandato para a recolha de dados para fins estatísticos. Este princípio consiste *no poder conferido ao Instituto Nacional de Estatística de, no exercício das atividades estatísticas, realizar inquéritos, com obrigatoriedade de resposta nos prazos que forem fixados, bem como efetuar todas as diligências necessárias à produção das estatísticas*. Ainda, o INE pode solicitar informações estatísticas a todas as unidades estatísticas e a resposta a um inquérito estatístico, por Lei, é de carácter obrigatório, o que é vital para a precisão e a fiabilidade das estatísticas oficiais. Portanto, os inquiridos por força da Lei, são obrigados a responderem de forma verdadeira aos inquéritos oficiais, inclusive, em caso de necessidades, podem exibir Livros e Documentos.

Os outros produtores de estatísticas oficiais, isto é, o Banco de Moçambique e os Órgãos Delegados do INE (ODINE), por serem também órgãos do SEN, orientam as suas atividades em matéria estatística com base na mesma Lei.

Neste particular, um aspeto digno de realce e que facilita a coordenação e harmonização estatística no país, é que a lei do SEN fixa que todos os inquéritos realizados em Moçambique, devem ter a supervisão técnica do INE, para garantir que os mesmos obedecem as regras fixadas ao nível interno e aos padrões internacionalmente reconhecidos. Portanto, o INE é consultado pelos ministérios ou agências governamentais antes de ser implementado um novo questionário para efeitos administrativos ou estatísticos e/ou para o sistema de informações/base de dados. É uma forma do INE poder influenciar a conceção e a configuração de sistemas de dados administrativos que contribuirão para melhorar substancialmente as possibilidades de utilização de tais dados na produção de estatísticas oficiais, reduzindo substancialmente os custos e aumentando a celeridade no apuramento dos resultados.

Por sua vez, o INE também consulta outras administrações antes de introduzir novas classificações estatísticas. Por exemplo, a revisão das classificações envolve todas as partes interessadas. Além das ações de consulta durante a revisão das classificações, o INE tem realizado ações de divulgação e de capacitação de forma a garantir a sua apropriação e consequente implementação ao nível do País.

A legislação estatística concede ao INE o direito de acesso a fontes de dados administrativos para fins estatísticos. Portanto, o INE tem poderes para utilizar dados administrativos e inclusive, a lei estabelece a prerrogativa de o INE pedir a informação, em qualquer unidade estatística, para fins estatísticos.

Em suma, o INE tem acesso a ficheiros e registos administrativos que solicita as várias instituições da Administração Pública, para efeitos de produção de estatística oficial. Deste modo, o INE tem solicitado formalmente os dados que precisa. Para além do direito plasmado no Artigo 6 da lei, de forma a tornar as ações mais efetivas e operacionais, o INE vem celebrando memorandos e protocolos, com determinadas instituições para troca e partilha de dados administrativos.

4.2.5 Adequação de recursos

Relativamente a adequação de recursos, o INE de Moçambique dispõe de um orçamento anual, suportado pelo Orçamento Geral do Estado. Para além disso, a instituição tem conseguido mobilizar outros recursos junto dos seus parceiros externos e com a prestação de serviços que lhe tem permitido fazer face a maior parte dos seus compromissos, sobretudo, com a implementação do seu plano de atividades.

Relativamente ao financiamento, constata-se que o Plano Estratégico do SEN, dispõe de um Plano de Ação, com o Orçamento detalhado para todas as atividades planeadas durante o tempo da sua vigência e anualmente é executado um plano operacional de atividades e Orçamento. O orçamento do PE de Moçambique não apresenta as fontes de financiamento, mas, esta informação é incorporada no Plano Anual de Atividades.

A proporção do orçamento total do INE financiada pelo Governo é de apenas 60% e grande parte do orçamento destinado a produção estatística, tem sido financiado pelos parceiros de cooperação. Fundamentalmente, o Governo tem garantido as despesas correntes de Funcionamento do INE, o que põe em causa a previsibilidade, a estabilidade do financiamento e a sustentabilidade da produção estatística no país.

Pelo exposto se conclui que existem lacunas, entre os compromissos em matéria de financiamento do Governo e dos doadores. Para além disso, nem sempre os montantes acordados são disponibilizados na totalidade e no momento requerido. Tem havido muito atraso nos desembolsos dos fundos, o que tem afetado os níveis de execução, não só do orçamento, como também do Plano de Atividades Anual, o que reflete na qualidade dos processos orçamentais, estabilidade do financiamento de estatísticas e de planeamento. Para ilustrar esta situação, tem-se o caso do IV Censo da População, onde grande parte do Orçamento foi coberto pelo financiamento externo.

Esta situação coloca muita pressão sobre o INE na execução do seu plano de atividades, com destaque para:

- Previsibilidade dos financiamentos externos;
- Implementação do seu Plano de Atividades devido aos problemas com os desembolsos tardios dos recursos financeiros.
- Fixação de regras inadequadas por parte dos parceiros, na utilização dos fundos, face a realidade do país, com consequência na implementação das atividades.

Em termos de apoios externos recebidos, o INE conta com recursos dos principais parceiros de cooperação, como o Banco Mundial, União Europeia, Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF); Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido (DFID), Swedish International Development Cooperation Agency, Global Affairs Canada e Indian Technical and Economic Cooperation Program. A maioria dos fundos desses parceiros são para financiar as grandes operações estatísticas (Censos e Inquéritos). Põe-se em causa a questão da sustentabilidade e o desenvolvimento de capacidades que são cruciais.

Foram também objetivos desta avaliação discorrer sobre adequação dos recursos humanos. De acordo com o plano Estratégico 2013-2019, o SEN precisava de um efetivo de cerca de 900 funcionários para fazer face às necessidades estatísticas do país. No entanto, tal não foi possível, isto é, as vagas no INE não estão todas preenchidas, devido a limitações financeiras do Estado e aos cortes que o orçamento do INE sofreu. Consta-se que até 31 de dezembro de 2018, o INE e os outros produtores de estatísticas oficiais contavam com 567 colaboradores, sendo 351 homens (representando cerca de 62%) e 216 (38%), situação que evidencia algum desequilíbrio relativamente ao género. Destes colaboradores, 253 estão nos serviços centrais e 314 distribuídos pelas 11 Delegações Provinciais. Relativamente à formação, excluindo pessoal no terreno, constata-se que 352 têm um nível superior, sendo que 179 estão ao nível central e 173 nas províncias. Trata-se de um nível significativo, mas ainda insuficiente para as necessidades do país.

Existe um plano de desenvolvimento de recursos humanos do pessoal do INE e do SEN que define regras para atribuição de bolsas aos funcionários para os cursos de longa duração, promove também cursos de curta duração e ministra ações de capacitação na Escola Nacional de Estatística que é um centro de formação estatística, criado no seio do INE, e que é utilizada para capacitação dos quadros do SEN e outras entidades interessadas, de acordo com as necessidades identificadas. Para além disso, o INE tem promovido regularmente ações de formação profissional para os seus colaboradores dentro e fora do País. Igualmente, tem participado regularmente, de forma ad hoc, nas formações promovidas pelas Instituições Regionais (SADC, AFRITAC South, AfDB).

No que tange a progressão na carreira, ela é garantida por Lei e a Direção de Recursos Humanos do INE garante a sua implementação. No entanto, de forma a melhorar ainda mais a situação, o INE desenvolveu uma política e um Plano Estratégico dos Recursos Humanos, mas ainda é recente e aguarda-se a sua implementação efetiva. Esta política de Recursos Humanos é importante não só para adquirir e desenvolver as competências necessárias ao nível da instituição, como também para reter as melhores competências no instituto de estatística, evitando a fuga de quadros para outras instituições com condições mais atrativas, o que é prejudicial para a sustentabilidade futura.

Em termos de Infraestruturas, o INE possui um edifício moderno a nível central, construído de raiz e que oferece comodidade e bom ambiente de trabalho para os seus colaboradores. O Banco de Moçambique também dispõe de um edifício próprio e com boas condições de trabalho. Os ODINEs funcionam nas instalações das respectivas instituições. Acresce ainda que apenas 3 províncias têm edifícios próprios e com instalações físicas condignas para a execução das suas atividades.

No que concerne aos equipamentos informáticos e softwares, constata-se que o INE dispõe de uma Política e um Plano Estratégico das TIC, elaborados em 2017. A política centra-se na manutenção ou na modernização da infraestrutura e dos equipamentos informáticos. No entanto, carece de validação e posterior implementação. Até 31 de Dezembro de 2018, o rácio computador pessoa ao nível do SEN, era de 1,2. A proporção dos colaboradores com um computador foi de 85,8%, o que constitui indicador positivo.

Todos os computadores do INE estão ligados à rede internet (embora a conectividade seja instável, especialmente nas provinciais), o que significa que todos os colaboradores têm uma ligação internet no escritório, o que mostra a maturidade em termos de informática do instituto e que permite aos colaboradores comunicar, além de obter e verificar informação em linha. Dispõe de uma rede interna, suficiente para suprir as necessidades da instituição. Possui ainda Servidores, *Switches*, *Routers*, Computadores, storages, data center etc., moderno, com uma idade média de 6 anos e com os softwares estatísticos necessários para as suas atividades. Ao nível dos outros órgãos do SEN, excetuando o Banco de Moçambique, a situação inspira uma atenção especial, com ênfase para as Delegações Provinciais.

O INE possui um site na internet, www.ine.gov.mz, gerido pelo Departamento de Documentação e Disseminação, onde publica os principais informações e produtos estatísticos.

4.3 Qualidade

4.3.1 Relevância - relações com os utilizadores

Relativamente ao compromisso com a qualidade dos dados produzidos, o INE de Moçambique vem dando passos importantes. Já dispõe de manuais, classificações, diretrizes e recomendações internos para os processos de produção estatística. O INE dispõe também do modelo de produção estatística, denominado *General Statistical Business Process Model* (GSPBM), código de boas práticas para produção estatística e manual de padronização das operações estatísticas. No entanto, a qualidade nas diferentes etapas do processo de produção estatística é supervisionada regularmente apenas nas grandes operações estatísticas, como são os casos do Recenseamento Geral da População e Habitação (RGPH) e Inquérito ao Orçamento Familiar. É fundamental que ela seja alargada a todas as operações estatísticas.

Outro elemento digno de realce é o fato dos métodos de inquéritos, questões, dados e operações estatísticas serem documentados e arquivados, no arquivo nacional de dados. Para além disso, o INE tem o centro de documentação (biblioteca) que serve de repositório da informação estatística.

Em termos de relevância, existem processos de consulta formais com os utilizadores, mas, maioritariamente para grandes operações estatísticas, tais como, RGPH e os inquéritos intercensitários, Inquérito ao Orçamento Familiar, Inquérito Integrado à Força de Trabalho, Inquérito Demográfico e de Saúde (IDS), etc.

Para os processos de consulta formais aos utilizadores, normalmente são realizados fóruns de utilizadores, com vista a recolher as suas necessidades estatísticas e definir mecanismos de incorporá-las nas operações. No entanto, nem sempre é possível incorporar todas essas necessidades.

Relativamente à imparcialidade e objetividade das estatísticas oficiais, o público em geral e os meios de comunicação social, têm feito observações e críticas sobre os dados estatísticos produzidos e divulgados. O INE tem respondido, explicando a metodologia de produção da informação estatística, uma vez que na maioria das vezes, as críticas estão relacionadas com a baixa literacia estatística. Por esta razão, o INE tem realizado ações de promoção da educação e cultura estatística ao nível do

país. Neste sentido, é fundamental que para o próximo PE, seja desenvolvido um Plano Estratégico de Sensibilização.

Constata-se que não existe uma política concreta que declare que as fontes de dados e as técnicas estatísticas são selecionadas apenas por considerações estatísticas, apesar de na prática ser uma realidade.

4.3.2 Coerência e comparabilidade

De forma a garantir a coerência e a consistência dos dados produzidos, a produção das estatísticas oficiais em Moçambique, tem tido como base, padrões estatísticos definidos internacionalmente, em especial para as nomenclaturas, classificações e conceitos, métodos internacionalmente definidos e aceites. Estes são posteriormente armazenados em base de dados que permitem avaliar a sua tendência ao longo do tempo, garantindo-se deste modo, a sua comparabilidade. Conclui-se assim que as estatísticas produzidas em Moçambique são comparáveis a escala global e em particular com as de outros países africanos.

Constata-se, no entanto, que ainda os controlos de coerência efetuados para garantir a qualidade (por exemplo, coerência entre o crescimento económico e o emprego) não são feitos. O INE, apenas apresenta a fotografia real do fenómeno em estudo, reservando a parte analítica aos analistas e a outros utilizadores.

No que tange a objetividade, verifica-se que os resultados de todas as operações estatísticas publicadas, contêm os métodos e procedimentos utilizados na sua produção, possibilitando os utilizadores de verificarem a coerência e comparabilidade. Acresce ainda que o INE publica anualmente, no mês de janeiro, no seu site, um calendário das publicações, evidenciando um critério de imparcialidade das estatísticas produzidas. Todos os utilizadores têm acesso às estatísticas em simultâneo e são informados com antecedência da data da divulgação.

Em termos de procedimentos para assegurar a objetividade no conteúdo das divulgações estatísticas, nas declarações proferidas em conferências de imprensa e em eventos semelhantes, o INE possui uma unidade que responde pela comunicação e imagem. Esta Unidade garante que os comunicados de imprensa sejam elaborados de acordo com as regras de comunicação definidas pela instituição, assegurando objetividade dos conteúdos e das divulgações.

4.3.3 Precisão, fiabilidade e atualidade

A Precisão, fiabilidade e atualidade estatística são aspetos de extrema relevância no processo de produção das estatísticas oficiais e que todos os INE devem ter em devida conta, a bem da qualidade da informação produzida que tem reflexos importantes em termos de tomada de decisões e no seguimento e avaliação de políticas públicas.

Em Moçambique, o INE tem tido por prática calcular as taxas de não respostas, as taxas de cobertura e os erros amostrais nas grandes operações estatísticas. Adicionalmente o INE convida/incentiva os utilizadores a darem *feedback* sobre a precisão e a fiabilidade das estatísticas. Também realiza um inquérito de satisfação aos utilizadores de informação estatística, através da sua página na internet, com questões que visam recolher esta sensibilidade. Para além disso, são realizados a nível do SEN, seminários que objetivam incentivar o maior uso de estatísticas oficiais e consequentemente, debate-se sobre a precisão e fiabilidade dos dados estatísticos.

Relativamente a metodologia de investigação, o INE tem trabalhado com a comunidade científica na discussão e melhoria das metodologias.

Em termos de atualidade das estatísticas do país, considera-se que ela é boa, não obstante carecer de alguma melhoria, sobretudo, na diminuição dos prazos da divulgação dos dados⁽⁴⁾ e estabelecer a data de divulgação para algumas estatísticas. Para a estimativa do crescimento económico, o país dispõe do PIB trimestral que é divulgado 45 dias após o período de referência; PIB Anual e preliminar que é divulgado cinco meses depois. O PIB provisório que é divulgado entre 10 a 11 meses depois do período e o definitivo que é publicado 17 meses depois do período de referência. As Contas económicas anuais são publicadas 150 dias após o período de referência. O Índice de Preços no Consumidor (IPC) é divulgado 10 dias após o período de referência. Relativamente aos indicadores do mercado de trabalho, concretamente a Taxa de desemprego, bem como produção agrícola anual, não existem datas exatas para suas divulgações. As estatísticas das Exportações e importações de bens, são divulgadas 212 dias após o período de referência.

De uma maneira geral, constata-se que não existe regras e práticas de retificação dos dados. Em termos de procedimentos para registar informações sobre erros identificados em dados publicados, existem apenas para as grandes operações estatísticas, onde são calculadas as taxas de não respostas, as taxas de excesso de cobertura, as taxas de erros de classificação.

4.3.4 Regras e práticas de retificação

Para as correções de dados já disseminados, a prática tem sido inseri-las nas publicações, através de uma errata. Se tivermos em conta que nem todos têm acesso às publicações, conclui-se que ainda é manifestamente insuficiente e é necessário que sejam divulgados através de meios adicionais, dando mais transparência ao processo. De forma a manter a confiança e objetividade da estatística é necessário haver procedimentos claros sobre a forma de lidar e comunicar esses erros.

4.3.5 Políticas de revisão

Relativamente a política em matéria de revisão de dados, no caso do PIB esta instituída a periodicidade da publicação de resultados preliminares, provisórias e definitivas. Isto deve-se à necessidade de atualização das informações com dados obtidos das fontes, decorrente do fecho dos relatórios e contas das respetivas empresas. Para as revisões realizadas para incorporar alterações na metodologia, nas classificações e nas normas é feita em coordenação com as revisões emanadas internacionalmente. Também se tem priorizado a elaboração de erratas, na maior parte dos casos, quando tal ocorre.

(4) Destaca-se que de facto existe um calendário de divulgação que tem vindo a ser respeitado, no entanto, os utilizadores requerem a diminuição do tempo estabelecido entre o período de referência dos dados e a sua disseminação, isto com vista a ter dados publicados em tempo oportuno e útil.

4.3.6 Medidas e práticas para garantir a qualidade dos processos e resultados

Relativamente ao processo de gestão da qualidade de dados, por enquanto, não existem orientações internas, manuais e/ou recomendações para avaliar a qualidade da produção estatística. No entanto, importa referir que, em 2014 foram aprovados pelo Conselho Superior de Estatística, 3 manuais que visam garantir a melhoria da qualidade estatística no SEN, nomeadamente: Código de Conduta para a produção de estatísticas oficiais, Manual de Procedimentos para a Produção Estatística no SEN, Manual de Procedimentos para a Aprovação Técnica das Operações Estatísticas do SEN e Padronização dos Documentos Metodológicos. Para além destes instrumentos, o INE está numa fase embrionária de criação de um instrumento que permita avaliar a qualidade estatística das operações estatísticas produzidas a nível do SEN. Acresce ainda que o SEN adotou desde 2014, o modelo de produção estatística denominado *General Statistical Business Process Model* (GSPBM). Com base neste modelo, está-se a elaborar os documentos metodológicos das operações estatísticas oficiais, que permitem documentar todo o processo necessário para a realização de uma operação estatística e fazer o acompanhamento no atinente a qualidade dos dados. Deste modo, trata-se de um processo e o INE vem dando passos importantes na matéria.

Acresce ainda que o país dispõe de um compêndio de conceitos e definições estatísticos, designado de Manual de Conceitos e Definições Estatísticas, aprovado pelo CSE em 2007 que é utilizado em todo o SEN, e cuja última revisão foi feita em 2013. Importa referir que, para além dos conceitos nacionais, estão também plasmados, conceitos e definições considerados comuns a nível dos Países Africanos da Língua Oficial Portuguesa (PALOP), apresentados por 24 áreas estatísticas, para além do nome da operação e, ou publicação a que o conceito se enquadra.

Logo, apesar do país ainda não ter integrado o Esquema de Avaliação da Qualidade dos Dados (DQAF) na avaliação das operações de algumas direções dentro da instituição, o INE tem vindo a compilar relatórios de qualidade dos processos e resultados estatísticos que são reportados nos Relatórios do SEN, através de três indicadores estatísticos: Volume de produção, pontualidade e oportunidade.

Também tem sido realizado o inquérito de satisfação dos utilizadores, no entanto, o desafio é melhorar a programação das ações de seguimento das questões levantadas pelos utilizadores. O feedback dos utilizadores não é usado no controlo da qualidade ao longo do tempo, uma vez ainda que não possui o tal sistema de controlo de qualidade, mas este deverá ser estabelecido no decorrer de 2019.

4.4 Processos estatísticos

4.4.1 Utilização de normas e classificações internacionais

No que tange a utilização das normas, conceitos e classificações internacionais nos domínios estatísticos, eles têm sido amplamente utilizados ao nível do país. Eles são de usos obrigatórios em todas as operações estatísticas oficiais e são seguidos de forma rigorosa e coerente. Ao nível do INE, a Direção de Integração, Coordenação e Relações Externas é o serviço responsável pela aplicação de conceitos, definições, classificações padronizadas. Elas são adotadas de acordo as metodologias das Nações Unidas e para o efeito, o INE tem contado com o apoio de consultoria internacional que posteriormente são apreciadas e aprovadas pelo CSE. O INE tem tido a preocupação de utilizar as normas internacionais, adaptada a realidade do país. Por exemplo, utiliza-se:

- Para as contas nacionais, o SCN-2008, das Nações Unidas, o Manual de Contas Nacionais Trimestrais do FMI-2001, a CAE etc.,
- Para as estatísticas industriais, utiliza-se a Classificação Nacional de Bens e Serviços (CNBS Rev. II), bem como o Manual da UNIDO (Organização de Desenvolvimento Industrial das Nações Unidas) para Estatísticas Industriais; Para o Comércio externo, utiliza-se o Sistema Harmonizado (SH) e as recomendações da OMC;
- Para a Balança de pagamentos que são dados produzidos pelo Banco de Moçambique e utilizados pelo INE nas Contas Nacionais, utiliza-se a 6ª Edição do Manual das Estatísticas da Balança de Pagamentos (MBP6) do FMI;
- Para as Estatísticas das finanças públicas, da responsabilidade do Ministério das Finanças e utilizadas nas Contas Nacionais, Administração Pública, utiliza-se o Manual das Finanças Públicas-2014, do FMI;
- Para o IPC, utiliza-se o Manual da OIT, COICOP e ainda recomendações do Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA) e SADC para harmonização do IPC;
- Para as estatísticas de educação, utiliza-se o Manual da UNESCO e para as estatísticas sobre a força de trabalho, utiliza-se o Manual da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

4.4.2 Solidez metodológica

Em termos de solidez metodológica o INE já dispõe de alguma capacidade para efetuar a amostragem estatística. A Direção de Censos e Inquéritos tem um Departamento de Amostragem, com sete técnicos de amostragem que tem apoiado o desenho de todas as amostras que o INE precisa, bem como as extrapolações subsequentes, para a publicações dos resultados das operações estatísticas. Não obstante a isso, o INE tem apostado na melhoria contínua das capacidades dos seus técnicos, através de ações de capacitação para os manter atualizados. Acresce ainda que o INE tem recorrido a peritos externos e parceiros internacionais de várias agências credenciadas, sobre métodos e procedimentos para processos novos ou existentes que para além de validar os seus processos, apoia as situações onde ainda tem limitações. Como exemplo disso, destaca-se o último censo, onde o INE teve acessoria do *Bureau of Census* dos Estados Unidos para o apuramento dos resultados do Censo 2017.

Em suma, os erros de amostragem são calculados e comunicados aos utilizadores, através das publicações, contendo os resultados das operações estatísticas e onde são incluídas a informação sobre os erros da amostragem, taxas de cobertura, etc.

4.4.3 Utilização de dados administrativos

O INE e os demais produtores de estatísticas oficiais reconhecidos, utilizam dados administrativos na produção de estatísticas. A prova disso, é que grande parte das publicações estatísticas correntes do INE e do SEN, cerca de 472 publicações, são produzidas com base em dados administrativos.

Há Ministérios como da Educação e Saúde que aplicam sistemas de informação de gestão de dados e que os utilizam para gerar estatísticas. Os dados gerados depois de certificar a fiabilidade da informação, têm sido importantes para a produção das estatísticas oficiais. Neste particular, é de se destacar o facto de existir excelentes relações entre o INE, os ministérios e outras instituições públicas que recolhem e administram dados administrativos e que não opõem resistência em conceder ao INE acesso a esses dados que já é garantida pela Lei do SEN.

O INE tem o direito e a autoridade para solicitar alterações na recolha, nas definições, ou no manuseamento de dados administrativos, suscetíveis de serem utilizados para fins estatísticos, quando tal necessidade é identificada. Tais alterações são feitas na base de uma negociação que o INE faz com a instituição visada. Por outro lado, também o INE é consultado pelos ministérios/agência governamental antes de implementarem um novo questionário, o que permite-lhe incluir as suas necessidades em termos de dados, facilitando assim a implementação dos sistemas de informações/base de dados e consequente produção de dados administrativos e estatísticas oficiais.

4.5 Disseminação


4.5.1 Modalidades e métodos de disseminação

Em termos de disseminação de dados estatísticos, o INE de Moçambique tem privilegiado o seu Sítio Web (www.ine.moz).

Em termos de estrutura do Site Web, ele apresenta o mapa do sítio, onde se pode ver todas as informações disponíveis no website: produtos e operações estatísticas; o INE, sua visão e Missão; Órgãos do SEN; instrumentos estratégicos do SEN (lei, regulamentos, orgânica, despachos, PE, Planos de atividades etc.). Dispõe também de partes reservadas a acessibilidade e contactos. Para além disso, encontra-se no Site espaços reservados as Notícias, Publicações, Meta informação, Informação Estatística, Eventos Estatísticos, Arquivo Nacional de Dados Estatísticos e Resultados Definitivos do Censo. Também apresenta um espaço reservado ao Calendário de Publicações.

Para além do Sítio Web, o INE tem utilizado os Comunicados de Imprensa que são divulgados através dos Órgãos de Comunicação Social (rádio, televisão e jornais). Também são igualmente realizadas Conferências de Imprensa trimestralmente para a partilha com o público, das principais incidências na produção estatística, em todas as áreas de produção, onde cada diretor faz uma intervenção de cerca de oito minutos e posteriormente responde a possíveis perguntas dos jornalistas.

Utiliza também as publicações em papel, algumas contêm textos explicativos, baseado na informação apresentada em quadros, gráficos e/ou infográficos.



Adicionalmente o INE vem utilizando as redes sociais (Facebook, Youtube e o Twitter) para divulgar as estatísticas, com notícias, infográficos e publicidades sobre novos produtos estatísticos.

De forma a atingir o máximo possível de utilizadores, sobretudo, os que não têm acesso a internet, o INE dispõe de biblioteca, onde os utilizadores podem obter estatísticas ou fazer investigação sobre estatísticas e contam com apoios de técnicos do INE, em caso de necessidade. Neste espaço, o INE disponibiliza os seus produtos estatísticos, com alguma análise descritiva dos dados, de forma a orientar os utilizadores. O INE fornece a informação solicitada, tanto presencialmente, assim como, por envio por email e ainda em suporte de papel, CD e *Pendrives*. No entanto, de forma a melhorar ainda mais este serviço, está em curso a criação de um Centro de Informação e Documentação Estatística (CIDE).

4.5.2 Aplicação do calendário de divulgação

O INE tem disponível um calendário dinâmico das publicações. É seguindo este instrumento que a instituição informa a todas as instituições e a outros interessados, sobre as datas de disponibilização dos seus produtos estatísticos. O referido instrumento está disponível no seu Portal.

O Calendário de Publicações não inclui os comunicados de Imprensa, nem as Conferências de Imprensa, mas inclui todas as publicações.

Os ministérios do Governo e outros produtores de estatísticas oficiais publicam os seus dados, de acordo com o calendário pré-divulgado. Como referido, no calendário publicado não se restringe aos produtos do INE, mas sim, é apresentada os compromissos de produção e disseminação de todo SEN (Todos os produtores de estatísticas oficiais), ou seja, existe uma coordenação entre os calendários de pré-publicação do INE e os de outros produtores, sendo esta uma boa prática a ser encorajada o espaço PALOP.

4.5.3 Simultaneidade, acesso prévio à disseminação

O INE tem tido a preocupação em disponibilizar toda a informação produzida ao mesmo tempo para todos os utilizadores. Os comunicados de imprensa e outras publicações estatísticas são divulgados simultaneamente a todos os utilizadores, por ordem do canal de disseminação, isto é, quando enviados por e-mail, é para todos em simultâneo, quando publicados na página ou redes sociais, também é para todos em simultâneo e o processo se repete para outros canais de disseminação.

Os ministros do Governo ou quaisquer outras pessoas não dispõem de algum acesso aos resultados estatísticos antes da sua divulgação ao público. Todos têm acesso pelos mesmos canais e vias, incluindo instituições Governamentais.

Acresce ainda que tem sido prática convidar as autoridades para presidir atos públicos de divulgação dos resultados estatísticos, mas, as divulgações de resultados estatísticos oficiais, não são acompanhadas de declarações políticas.

4.5.4 Acesso e utilização de microdados

O INE facilita o acesso aos microdados mediante a solicitação expressa, dirigida ao Presidente da instituição, que se aprovado, o acesso fica disponível por algum tempo. Todos os microdados e metadados produzidos pelo INE, são carregados no Arquivo Nacional de Dados (ANDA), sendo disponibilizados mediante o preenchimento de um formulário.

Uma das condições para o acesso aos microdados, é sua anonimização e normalmente é disponibilizado 10% dos microdados. Para o efeito, elimina-se a informação que permite a identificação do indivíduo, a localização (unidade administrativa de residência, através da qual facilmente se torna possível a identificação do indivíduo). Como estabelecido internacionalmente em caso de unicidade da unidade tal disponibilização só pode ser feita mediante autorização expressa da unidade em causa.

4.6 Pontos fortes e pontos a melhorar

A partir da avaliação pelos pares efetuada ao SEN de Moçambique, identificou-se vários pontos fortes e pontos a melhorar que a seguir se apresentam:

4.6.1 Pontos fortes

- 1.** A nomeação do Presidente do INE pelo Presidente da República;
- 2.** A utilização massiva da estatística no desenvolvimento do país;
- 3.** Capacidade do INE em matéria de produção estatística verificada nos últimos anos;
- 4.** Alinhamento do PE do SEN com o PQG;
- 5.** Grandes progressos realizados pelo INE em termos de coordenação e que foram reconhecidos pelos sectores no decorrer da missão;
- 6.** A realização e apresentação dos resultados do IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017 em tempo útil;
- 7.** Liderança verificada ao nível do INE que tem contribuído para melhoria do SEN;
- 8.** Anonimização das bases de dados e disponibilização para efeitos de pesquisa;
- 9.** A estrutura organizacional do INE, de abrangência nacional, com representações nas províncias e que potencia a coordenação, a recolha e produção de dados estatísticos;
- 10.** Grande capacidade informática do INE, capaz de responder às necessidades atuais da instituição;
- 11.** A existência de uma infraestrutura física moderna, funcional e de qualidade, adequada às necessidades atuais do INE, ao nível central;
- 12.** Utilização de práticas e métodos recomendados internacionalmente na produção das estatísticas oficiais, facilitando assim a comparabilidade das estatísticas nacionais, com as práticas internacionais;
- 13.** A existência de Estratégia Nacional de Desenvolvimento da Estatística que orienta a produção e a coordenação estatística no país;
- 14.** As competências dos ODINE fixadas na Lei do SEN e que facilitam a coordenação e a produção de dados;

15. A existência de um calendário estatístico para todo o SEN e que é previamente aprovado;

16. O controlo de qualidade feito ao nível de alguns sectores, como educação e saúde;

17. O controlo de qualidade feito pelo Banco de Moçambique, através da confrontação com os dados do INE, sobretudo, ao nível das estatísticas do comércio exterior, bem como nas Contas Externas, através da análise de consistência de várias fontes;

18. A ratificação da Carta Africana de Estatística pelo país;

4.6.2 Pontos a melhorar

- 1.** Divulgação adequada da Lei do SEN, ao nível de todos os sectores;
- 2.** O quadro legal e institucional, normalizando o funcionamento da Presidência do INE, com a nomeação dos dois administradores;
- 3.** Alinhamento da nova proposta de Lei aos preceitos da Carta Africana Estatística;
- 4.** A definição na nova Lei do perfil dos dirigentes de topo do INE e dos demais órgãos do SEN;
- 5.** Mecanismos de seguimento e avaliação da implementação do PE do SEN, da Agenda 2030 e da Agenda 2063;
- 6.** A coordenação das atividades estatísticas nos diferentes sectores, com ênfase para as províncias.
- 7.** As condições de trabalho, sobretudo ao nível dos sectores, em termos de espaços, acesso a internet, equipamentos etc.;
- 8.** As competências técnicas de todos os órgãos do SEN;
- 9.** O funcionamento e as condições de trabalho da ENE, bem como, uma estratégia de atuação quer ao nível interno, como externo, sobretudo, ao nível do espaço da PALOP e CPLP;
- 10.** A cultura estatística no país, com uma estratégia adequada;
- 11.** O Financiamento da atividade estatística no país, com um maior engajamento do Governo e com impactos positivos em termos de previsibilidade de recursos;
- 12.** O financiamento da atividade estatística ao nível do SEN;



- 13.** O diálogo com os Parceiros Técnicos e Financeiros, através do Grupo formal de Coordenação existente, sobre as questões Estatísticas, em conformidade com a Declaração de Paris sobre a eficácia da ajuda;
- 14.** Mecanismos de acesso aos fundos dos parceiros, que deve ser flexibilizado, com procedimentos mais céleres e ajustados a realidade do país;
- 15.** Os mecanismos de controlo de qualidade em toda a cadeia de produção estatística;
- 16.** Necessidade de melhorar qualidade dos dados produzidos na maioria dos ODINE;
- 17.** A informatização dos setores relevantes, com benefício na produção estatística;
- 18.** Os prazos na partilha de informações entre os órgãos produtores do SEN;
- 19.** O cumprimento do calendário de difusão ao nível de todos os órgãos do SEN;
- 20.** O website do INE, tornando-o mais atrativo, amigo do utilizador e mais fácil de navegar;
- 21.** O aumento dos Recursos humanos qualificados, recursos materiais⁽⁵⁾ e financeiros na maioria dos ODINE, bem como nos serviços provinciais do INE;
- 22.** A delegação de competências ao Banco Central para a realização das operações estatísticas junto das empresas;
- 23.** A gestão de recursos humanos do SEN, com uma política adequada, de forma a permitir uma transição suave por parte das pessoas no topo da carreira e reter os quadros mais promissores;
- 24.** Necessidade de introduzir um planeamento por objetivos e gestão por resultados a nível do SEN e em particular no INE;
- 25.** Maior aproveitamento de dados administrativos na produção de estatística oficial com ênfase na qualidade dos mesmos;
- 26.** Prazos adequados na obtenção de dados administrativos;
- 27.** Qualidade de estatísticas provenientes de dados administrativos (saúde, educação, justiça, etc.);
- 28.** O nível de respostas por parte das empresas relativamente aos inquéritos, pondo em causa a qualidade das respetivas estatísticas, e em consequência a produção das Contas Nacionais;
- 29.** A cobertura dos dados das empresas, com impactos positivos em termos de qualidade das estatísticas do sector e das Contas Nacionais;
- 30.** A coordenação na resposta tempestiva aos pedidos internacionais, sobretudo nos dados da responsabilidade dos sectores;
- 31.** A cultura de informação ao nível do país.

(5) Incluindo hardware e software.

5

Discussão das conclusões e recomendações da avaliação pelos pares com referência aos princípios da carta africana da estatística

5.1 Organização e coordenação do SEN

A organização do SEN de Moçambique tem facilitado a coordenação da atividade estatística no país. O SEN é constituído por vários órgãos, como anteriormente exposto:

- O CSE, enquanto órgão que superiormente orienta e coordena o SEN, competindo-lhe, nomeadamente, definir as diretrizes gerais das atividades estatística oficial e estabelecer as respetivas prioridades, numa perspetiva de médio prazo, aprovar os instrumentos técnicos de coordenação estatística, apreciar os projetos dos planos plurianuais e anuais de atividades do SEN e os correspondentes orçamentos, bem como os respetivos relatórios finais.
- O INE, enquanto autoridade estatística do país e que tem a responsabilidade, com exceção, das estatísticas monetárias, financeiras e da balança de pagamentos, da responsabilidade do Banco Central, produzir as demais estatísticas do país. Pode delegar competências aos ODINE para produzirem as estatísticas sectoriais e têm sido excelentes instrumentos de coordenação e de produção de importantes estatísticas que o país precisa. No entanto, sentiu-se que há sectores que produzem dados importantes e que mostraram interesses em ser ODINE. Esta é uma análise que o INE deverá fazer, do ponto de vista da pertinência e se realmente reúnem as condições para tal. Acresce ainda que eles vêm enfrentando muitos constrangimentos de ordem material, financeira e em RH, o que dificulta o desempenho das suas atividades, impactando negativamente ao nível das estatísticas produzidas pelo INE. Neste sentido, urge dotar os ODINE de recursos suficientes para fazer face as suas atividades. Alternativamente, é de se pensar na operacionalização da taxa estatística ou no Fundo de Desenvolvimento Estatístico para o financiamento da atividade estatística do país.
- O Banco de Moçambique, vem cumprindo normalmente a sua missão e tem um relacionamento muito estreito com o INE e que tem facilitado a coerência na produção estatísticas importantes, como são os casos, da Balança de Pagamentos, Estatísticas do Comércio Externo, Central de Balanços e Contas Nacionais.

Em termos de instrumentos macro de coordenação estatística, o país dispõe de um PE 2013-2019 que tem sido um instrumento importante de gestão eficaz, que

otimiza a produção estatística, que apresenta um quadro de necessidades e prioridades na produção estatística e quantifica os recursos a utilizar. Ele tem sido utilizado por todos os órgãos do SEN, na orientação das suas ações, o que tem facilitado sobremaneira a implementação e coordenação das atividades estatísticas.

As autoridades Moçambicanas têm dado muita atenção ao desenvolvimento da estatística no país, pois têm a noção da importância no seguimento e avaliação da sua política interna, bem como nos compromissos internacionais, as quais o país aderiu.

Em suma, a estatística tem merecido muita atenção por parte das autoridades políticas que têm dado todo o apoio no seu processo de consolidação. Por exemplo, o Conselho Superior de Estatística, é presidido pelo Primeiro Ministro que de acordo com a Lei do SEN e como atrás já referido, reúne ordinariamente duas vezes ao ano e extraordinariamente, sempre que necessário para apreciação e aprovação dos planos, relatórios e outros Documentos metodológicos de produção estatística. Normalmente nestes momentos, o Primeiro Ministro aproveita para fazer declarações à imprensa, sobre o desenvolvimento da estatística no país. Também o Presidente da República tem aproveitado momentos importantes para enaltecer o papel da estatística no desenvolvimento do país. Destaca-se por exemplo, o evento do lançamento oficial dos resultados do IV Censo da População e Habitação, transmitido em Direto pelos Órgãos públicos de comunicação social (Rádio e Televisão), onde venceu a importância da informação estatística para o desenvolvimento nacional.

Adicionalmente é preciso maior sinergia entre o INE e os sectores chaves no desenvolvimento de Sistema de Informação que propicie o aproveitamento de dados administrativos para a produção de estatística.

Um outro aspeto digno de realce, é que Moçambique dispõe de um mecanismo formal de consulta aos Parceiros Técnicos e Financeiros que tem sido importante no diálogo, coordenação e implementação do PE, sobretudo no que diz respeito ao financiamento. No entanto, pelas discussões havidas, é preciso reajustar os procedimentos de acesso aos fundos, torna-os mais adequados a realidade do país e mais flexíveis, facilitando assim, a implementação do plano de atividades do SEN e com maior previsibilidade. Neste particular, sentiu-se muita abertura dos PTF e espera-se que seja aprofundado o diálogo que já é bom, de forma a chegar a uma solução que seja adequada para os propósitos do INE.

5.2 Ambiente institucional

Moçambique dispõe de uma legislação estatística, aprovada em 1996 e que dá as diretrizes em termos de atuação do SEN do país. No entanto, esta Lei carece de ajustes, de forma a responder aos novos desafios que se colocam ao país em matéria estatística. Neste sentido, o INE já dispõe de uma nova proposta de Lei que visa suprir as insuficiências encontradas e que se aguarda a sua aprovação pelo Governo e posteriormente pelo Parlamento. É fundamental que na nova proposta de lei esteja presente a referência a experiência em estatística no perfil do Diretor Geral do INE e de outros serviços estatísticos. Assim, é desejável introduzir na nova Lei, elementos de especificações para a nomeação da Direção Geral do INE (perfil e duração do mandato), de forma a garantir competência, objetividade e independência estatística dos dirigentes do SEN.

Também da análise feita ao SEN, constata-se que é preciso ainda, um forte investimento na capacitação dos técnicos do SEN, com especial relevo para os ODINE, de forma a poder desempenhar com qualidade as atribuições delegadas pelo INE.

Ao nível da cultura estatística, da análise feita no terreno, verifica-se que ainda ela é baixa. Urge reforçar a literacia estatística ao nível do país, com atividades de sensibilização, de forma a que todos tenham a noção da importância da informação estatística e as decisões sejam tomadas com base em dados oficiais.


Em termos de financiamento da atividade estatística, é necessário reforçar a contribuição do estado e maior tempestividade nos desembolsos, quer do governo, como dos parceiros. Também é desejável que os recursos destinados a estatísticas (funcionamento e atividades) sejam incluídos no orçamento de funcionamento do SEN, aprovado pelo parlamento e não no orçamento de investimento. É uma forma de ter acesso aos fundos sem constrangimentos e não comprometer o plano de atividades então aprovado, por dificuldades em receber os recursos previamente comprometidos.

Outro aspeto importante no domínio do financiamento da produção estatística, é a adesão do país a recomendação da Comissão da União Africana (CUA), em que pelo menos 0,15% do orçamento dos países devem ser alocados a estatística. Trata-se de uma oportunidade para alimentar o Fundo de Desenvolvimento Estatístico (FDE), importante para o financiamento da estatística no país, com ganhos em termos de maior regularidade e qualidade, mas sobretudo, introduzir maior previsibilidade na produção da estatística, necessária ao seguimento e avaliação de políticas públicas e os programas de desenvolvimento constantes das Agendas 2063 e 2030 dos ODS, SADEC, bem como do PQG.

Tem sido notório a carência de RH qualificados em todo o SEN, pelo que urge definir uma política de Gestão dos Recursos Humanos do INE, que aposta na capacitação técnica dos RH, com uma gestão por objetivos, com melhores condições salariais e uma progressão nas carreiras que incentiva o pessoal e que atrai e retém os melhores talentos.

5.3 Qualidade

Em termos de qualidade, verifica-se que o SEN de Moçambique ainda não dispõe de um mecanismo de qualidade para as estatísticas oficiais e que é de extrema importância para qualquer país, na medida em que da confiança aos utilizadores quanto a qualidade das informações que estão a consumir. Assim, é desejável que o INE lidere o processo da sua elaboração, com a consequente aprovação ao nível do CSE e posterior implementação ao nível de todo o SEN. É de se realçar, no entanto que o INE já dispõe de um Código de Conduta, de aplicação ao nível de todo o SEN e o modelo GSBPM. O INE deverá redobrar os esforços relativamente as estatísticas empresariais, com vista a melhorar o nível e a cobertura, com uma aposta forte na sensibilização e maior cooperação institucional com os setores da área económica (Ministério das Finanças, Comércio, Indústria, Transporte, Camaras do Comércio, Hoteleira e Turismo etc.), a quem as empresas devem fornecer os relatórios de contas e outros dados importantes, bem como, com as unidades económicas do sector informal.



Adicionalmente, deve-se dotar todo o SEN, particularmente os ODINE de recursos humanos, materiais e financeiros que lhes permitem implementar as suas atividades com qualidade e eficiência. Para o efeito, é de se pensar na possibilidade de um estatuto remuneratório do pessoal dos sectores afetos a produção estatística, idêntico ao do pessoal do INE.

Introduzir, reforçar e generalizar o uso das TIC em todos os órgãos do SEN, de forma a facilitar a integração de vários sistemas de informação em curso, como por exemplo, ao nível dos Ministérios da Saúde e da Justiça.

A Academia tem sido uma parceira importante dos SEN de muitos países, não apenas como utilizadores, mas também como parceira nas discussões de metodologias e processos estatísticos. Neste base, o INE tem coordenado com as instituições de ensino superior para produção de determinados dados estatísticos, sobretudo, na realização de estudos temáticos, bem como no ajustamento de determinadas metodologias e conceitos aplicados na produção estatística. Trata-se de um aspeto muito importante e que tem contribuído para a melhoria e integração de estatísticas no país. No entanto, deve-se reforçar os mecanismos de articulação com uma maior proximidade entre o INE e as Universidades na melhoria nos instrumentos de recolha e produção de dados. Promover discussão sobre a possibilidade de a ENE vir a lecionar no futuro, uma licenciatura em estatística em prol do país.

Para além disso, o INE envolve peritos externos na análise e no acompanhamento da qualidade das estatísticas produzidas, mas sobretudo, nas grandes operações estatísticas. Normalmente, os peritos são envolvidos em alguns processos estatísticos considerados cruciais, tais como, a definição de metodologias, amostragem, cálculo dos erros amostrais, recolha de dados, processamento, análise e difusão.

Constata-se que não têm sido incluídas quaisquer declarações políticas nas divulgações estatísticas nos últimos dois anos, mas sim, apenas conteúdos estatísticos.

Moçambique tem realizado os inquéritos de satisfação dos utilizadores, sobre os dados produzidos pelo SEN, o que permite aferir sobre a pertinência das estatísticas produzidas. Neste sentido é expectável que os resultados obtidos, sejam utilizados na melhoria da qualidade da informação.

5.4 Processos estatísticos

Ao nível dos processos estatísticos, consta-se que o INE vem utilizando os conceitos, as classificações e as nomenclaturas internacionais adaptados a realidade nacional, o que tem contribuído para a melhoria da produção estatística, segundo os standards internacionais, permitindo assim que as estatísticas do país, sejam comparáveis ao nível internacional.

Portanto, o INE vem apostando na melhoria das suas metodologias no processo de produção estatística. Também se verifica que tem havido uma grande aposta no aproveitamento de dados administrativos. Moçambique tem gerado muitos dados setoriais que bem aproveitados contribuiriam para alargar o leque de produtos estatísticos no país. No entanto, o aproveitamento dos dados das fontes administrativas está aquém do seu potencial, com perdas para o país em termos de mais e melhores dados para a difusão. Para reverter este quadro, é preciso apostar e incentivar a utilização das fontes de dados administrativas na produção de estatística oficial, elaborando uma estratégia de transmissão de dados administrativos dos ODINE para o INE. Para o efeito, continua um desafio a melhoria dos processos de recolha utilizados ao nível de vários sectores, de forma a tirar o maior proveito dos dados que possam ser gerados, com o consequente uso na produção estatística, com ganhos em termos de custos, eficiência e qualidade.

Urge investir mais na produção de estatísticas emergentes no país, tais como, estatísticas ambientais, de governança, paz e segurança. Por outro lado e de forma, a ter informações consistentes, regulares e oportunas no domínio de agricultura, é necessário implementar um Sistema Nacional Integrado e Contínuo de Estatística Agropecuárias.

Finalmente, de forma a melhorar todos os processos de recolha, operacionalizar e atingir estes grandes objetivos atrás elencados, o SEN deve apostar no reforço da capacidade técnica dos seus quadros, em vários domínios. Também é desejável que um forte investimento na recolha digital, ao nível dos inquéritos e censos, mas também na informatização de todos os processos, como por exemplo, dos serviços da justiça, automatizando os processos de recolha de dados do registo civil e das estatísticas vitais, criando uma capacidade interna, reduzindo os custos das operações e aumentando a celeridade na disponibilização dos resultados.

5.5 Disseminação

No que tange a disseminação, o INE de Moçambique utiliza o seu website, notas e conferências de imprensa, publicações em papel, sua biblioteca, para além das redes sociais. Destes meios de divulgação, o website é o instrumento mais utilizado e é atualizado regularmente, isto é, sempre que há publicações novas ou atualizadas, eventos e inquéritos. O Portal do INE tem ligações para ministérios e outros organismos tais como, o Banco de Moçambique, Órgãos Delegados (Ministérios), Universidades, organismos produtores de estatísticas da CPLP, SADC e Parceiros Internacionais.

Constata-se ainda que, o INE de Moçambique não discrimina ninguém relativamente aos dados estatísticos produzidos, isto é, todos têm acesso aos dados, ao mesmo tempo, de acordo com o calendário de publicação, então aprovado e disponível no website. Portanto, dispõe de um calendário de publicações, o que é muito importante e mostra a imparcialidade das estatísticas produzidas, uma vez que permite aos utilizadores saberem a priori quando elas são publicadas. Trata-se de um calendário dinâmico que permite ao utilizador baixar a informação de sua preferência, contrariamente ao ficheiro tradicional em PDF que pode ter informação que não é do interesse do usuário. Por outro lado, este calendário dinâmico pode ser baixado para qualquer dispositivo Android.

Anexo 1

Agenda⁽⁶⁾ para avaliação pelos Pares do Sistema Estatístico Nacional de Moçambique



| Data | Horário | Local | Actividades |
|------------|---------------|---------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 2 de Junho | | Hotel de hospedagem | DIA DE CHEGADA Reunião inicial da equipa de avaliação |
| 3 de Junho | 09:00 - 10:00 | INE | Reunião de cortesia com o Presidente do INE, com os Directores Nacionais e Directores Nacionais Adjuntos |
| | 10:05 - 10:20 | INE | Apreciação e aprovação do programa; Metodologia e tónica da avaliação pelos pares; apresentação do Sistema Estatístico Nacional |
| | 10:25 - 16:00 | INE | Reuniões com os Directores Nacionais do INE e suas equipas de trabalho: |
| | 10:25 - 12:30 | INE | Tema 1 – Organização e coordenação do SEM; Tema 2 – Ambiente institucional; Tema 3 – Qualidade; Tema 5 – Divulgação |
| | 12:30 - 13:30 | | Pausa para o almoço |
| | 13:30 - 16:00 | INE | Tema 4 – Processos estatísticos |
| 4 de Junho | 08:30 - 12:30 | | Reuniões com os Produtores de Estatísticas Oficiais (Órgãos Delegados): |
| | 08:30 - 10:30 | INE | Ministério da Economia e Finanças; Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano; Ministério de Saúde |
| | 11:00 - 12:30 | INE | Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar; Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social; Ministério do Mar, Aguas Interiores e Pescas |
| | 12:30 - 13:30 | | Pausa para o almoço |
| | 13:40 - 16:00 | INE | Reuniões com os Produtores e Fornecedores de Dados Estatísticos: |
| | 13:40 - 16:00 | INE | Banco de Moçambique; Autoridade Tributária; Instituto Nacional do Petróleo |
| 5 de Junho | 09:00-16:00 | INE | Reuniões com os Produtores e Fornecedores de Dados Estatísticos: |
| | 09:00-11:00 | | Ministério dos Recursos Minerais; Ministério das Obras Publicas, Habitação e Recursos Hídricos; Ministério da Terra, Ambiente e Desenvolvimento Rural |
| | 11:00 -12:30 | INE | Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE); Confederação das Associações Económicas (CTA); Conselho Superior de Comunicação Social (CSCS); Sindicato Nacional de Jornalistas (SNJ); Centro de Integridade Pública (CIP); |
| | 12:30 - 13:30 | | Pausa para o almoço |
| | 13:30 – 14:30 | INE | Televisão de Moçambique (TVM); Rádio Moçambique (RM); STV; TV – MIRAMAR; TV – Sucesso; Jornal Noticias; Jornal Savana |
| | 14:45- 16:00 | INE | Escola Nacional de Estatística (ENE) |
| 6 de Junho | 09:00 - 12:30 | INE | Reuniões com os Parceiros |
| | 09:00 - 12:30 | | Banco Mundial, FAO, ONU Mulheres, OIT, UNICEF, FNUAP, PNUD, USAID, Suécia, Itália, Canada, Noruega, União Europeia, DFID |
| | 12:30 - 13:30 | | Pausa para o almoço |
| | 13:40 - 16:00 | INE | Reuniões com os Produtores e Fornecedores de Dados Estatísticos: |
| | 13:00 - 15:00 | INE | Ministério da Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional; Ministério dos Transporte de Comunicações; Ministério do Interior; Universidade Eduardo Mondlane; Universidade Pedagógica |
| | 15:00 - 16:00 | INE | Reunião de Balanço com o Presidente do INE, Directores Nacionais, Directores Adjuntos do INE para apresentação e debate das principais conclusões e recomendações |
| 7 de Junho | 9:00 - 14:45 | INE | Conferencia Censos e vistaia; Visita as instalações do Centro de Processamento de Dados; Cerimónia de encerramento do gabinete do Censo. |

Anexo 2

*Lista de
participantes
da avaliação
pelos pares
ao SEN de
Moçambique*



| Nome | Instituição | Categoria/Função | Email | Telefone |
|--------------------|-------------|------------------------------------------|-------------------------------|----------------|
| Rosário Fernandes | INE | Presidente | | |
| Cirilo Tembe | INE-DICRE | Director Nacional | cirilo.tembe@ine.gov.mz | |
| Azarias Nhazimo | INE-DARH | Director Nacional | azarias.nhazimo@ine.gov.mz | |
| Beto Cordeiro | INE-DESE | Director Nacional | bete.cordeiro@ine.gov.mz | |
| Arao Mbalte | INE-DCI | Director Nacional | arao.balate@ine.gov.mz | |
| Xadrequê Mauze | INE-DEMOVIS | Director Nacional | xadrequê@ine.gov.mz | |
| Tomás Bernardo | INE-DICRE | Director Nacional Adjunto | tomas.bernardo@ine.gov.mz | |
| Delfina Zaqueu | INE-DARH | Director Nacional Adjunto | delfina.zaqueu@ine.gov.mz | |
| Adriano Matsimbe | INE-DESE | Director Nacional Adjunto | adriano.matsimbe@ine.gov.mz | |
| Alexandre Marrupe | INE-DCI | Director Nacional Adjunto | alexandre.marrupi@ine.gov.mz | |
| Antonio Adriano | INE-DEMOVIS | Director Nacional Adjunto | antonio.adriano@ine.gov.mz | |
| Cipriano Claudio | INE-DCNIG | Director Nacional Adjunto | claudio.cipriano@ine.gov.mz | |
| Leonette Mabjaia | INE-ENE | Directora da Escola | leonette.mabjaia@ine.gov.mz | |
| Alda Rocha | INE-GRIC | Chefe do Gabinete | alda.rocha@ine.gov.mz | |
| Belchior Pedro | INE-GAII | Chefe do Gabinete | Belchior.cole@ine.gov.mz | |
| Simão Buque | INE-GAJU | Chefe do Gabinete | simao.buque@ine.gov.mz | |
| Marta Chaquisse | INE-DICRE | Chefe de Dep. Planificação e Coordenação | marta.chaquisse@ine.gov.mz | |
| Alexandre Mandlate | INE-GRIC | Técnico Superior | alexandre.mandlate@ine.gov.mz | |
| Simão Sábado | INE-DCNIG | Chefe de Departamento C.N | simao.sabado@ine.gov.mz | +258-849001057 |
| Zaida Baule | MINEDH | Chefe de Departamento de Cooperação | zaida.baule@mined.gov.mz | +258-820116920 |
| Rosário Betho | MEF-DEEF | Técnico Superior | rosariobetho1@gmail.com | +258-827269300 |
| Dionisia Khossa | INE | Técnica Superior | godivakossa10@gmail.com | +258-820773410 |
| Laura Duarte | INE | Chefe de Departamento | laura.duarte@ine.gov.mz | +258-842722748 |
| Celso Zunguze | INE | Técnico Superior | celsozunguze@ine.gov.mz | +258-847279056 |

| Nome | Instituição | Categoria/Função | Email | Telefone |
|--------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------|------------------------------|----------------|
| Aurélio Mate | Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar Direcção de Planificação e Cooperação Internacional | Chefe de Departamento | aureliomate@yahoo.com.br | +258-827473975 |
| Zainabo Masquine | Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas | Chefe de Departamento | zainabomasquine@gmail.com | +258-820543710 |
| Assa Guambe | Ministério do Trabalho, Emprego e Segurança Social | Directora Nacional | assaguambe163@yahoo.com | +258-845110532 |
| Domingos Malate | INE/DESE | Técnico Superior | domingosmalate@ine.gov.mz | +258-843607363 |
| Óscar Munguambe | Autoridade Tributaria | Director do DPAR | arturmunguambe@yahoo.com.br | +258-842686069 |
| Aurélio da Barca | Autoridade Tributaria | Chefe de Delegação Estatística | aureliodabanca1975@gmail.com | +258-843804034 |
| Tomás Mabumlabiao | Banco de Moçambique | Técnico Superior | tomasabulambiao@bancomoc.mz | +258-842051698 |
| Aquino Chilundo | Banco de Moçambique | Técnico Superior | aquino.chilundo@bancomoc.mz | +258-846666444 |
| Ricardo Cucu | Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano | Chefe de Departamento Estatístico | ricardo.cinco@mined.gov.mz | +258845271540 |
| Paulino Nateco | Ministério dos Recursos Minerais e Energia | Chefe de Deptº Planificação Estatístico | paulanateco@gmail.com | +258848800110 |
| Petronio Nhaca | Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos | Chefe de Repartição de Estatística | petronhaca@yahoo.com | +258845969711 |
| TetéTimana | Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos | Técnico Estatístico | tete.timana@gmail.com | +258848052979 |
| Laura Duarte | INE | Chefe de Departamento | lauraduarte@inw.gov.mz | +258842722748 |
| Dionisia Khossa | INE | Técnica Superior | deonisia.khos@ine.gov.mz | +258820773410 |
| Simão Cavele | Conselho Superior de Comunicação Social | Secretário-geral | acavele@yahoo.co.uk | +258820049771 |
| Leonette Mabjaia | Escola Nacional de Estatística | Directora da Escola | leonete.mabjaia@gmail.com | +258845220722 |
| Valentim Raposo | Escola Nacional de Estatística | Técnico Superior | valentim.raposo@ine.gov.mz | +258842272034 |
| Leia Macamo | Escola Nacional de Estatística | Assistente | leiamacamo@ine.gov.mz | +258827436671 |
| Glenda Gallardo | Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento | Conselheira Económica Sénior | glenda.galloardo@undp.org | |

Anexo 2

| Nome | Instituição | Categoria/Função | Email | Telefone |
|--------------------------|---------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------|-------------------------------------|---------------|
| Lino Jamisse | Alto Comissariado do Canada | Oficial de Desenvolvimento | lino.jamisse@international.gmail.co | +258843119540 |
| Alessio Cangiano | UNFPA | Especialista Técnico | alesco.canalano@gmail.com | +258828696870 |
| Mónica Leão | DFID | Oficial de Programa | m.leao@djid.gov.uk | +258828696870 |
| James Kimani | DFID | Evaluation Advisor | j.kimanio@dfid.gov.uk | +258843413615 |
| Adalberto Alberto | Universidade Eduardo Mondlane | Director | aalberto@tucabo.com.mz | +258849000686 |
| Carlos Lauchande | Universidade Pedagógica | Docente | lauchand59@gmail.com | +258828487629 |
| Vitélia Come | Ministério do Interior | Chefe de Departamento | vtcome@gmail.com | +258823241920 |
| Eduardo Oliveira | Ministério do Interior | Director Nacional da Planificação | quintaolivas@gmail.com | +258824808390 |
| Maximiano Djedje | Ministério de Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional | Chefe de Departamento de Estatística | djedjemax@gmail.com | +258844501820 |
| Inocência Phale | Ministério de Ciência, Tecnologia, Ensino Superior e Técnico Profissional | Técnica Superior | Inocencia.pale@gmail.com | +258827111410 |



Mais informações sobre Estatísticas Africanas e publicações estatísticas da Divisão de Estatísticas da União Africana podem ser obtidas aqui:

African Union Commission

PO Box 3243

Adis Abeba - Etiópia

Tel: (251) 115182278 and (251) 115182671

Contato:

austatdivision@africa-union.org

Website: **www.austat.org** or **www.au.int**

*Esta publicação foi produzida com o apoio financeiro e técnico da União Europeia.
O seu conteúdo é da exclusiva responsabilidade da Divisão de Estatísticas da Comissão da União Africana
e não reflete necessariamente as opiniões da União Europeia.*

